

ANÁLISE SEMIÓTICA DO «SER»

«...é claro que o Ser é uma noção essencialmente verbal, no sentido preciso que o linguista opõe às noções nominais: se os metafísicos se habituaram a substantivar esse conceito, isto é, a tratá-lo como um nome, isso não nos deve fazer esquecer que, originalmente, «ser» não é um nome mas um verbo».

DENIS ZASLAWSKY⁽¹⁾

«...o conceito de ser não determina uma classe. O conjunto dos seres é um 'non-sens'. A 'classe universal' é uma absurdidade.»

A. KOYRÉ⁽²⁾

I – INTRODUÇÃO

Neste Ensaio submeter-se-á a noção de «ser» a uma análise semiótica, na tríplice vertente semântica, sintáctica e pragmática⁽³⁾.

O objectivo é clarificar o mais possível essa noção, de todas a mais central quer de um ponto de vista filosófico, quer de um ponto de vista lógico e linguístico⁽⁴⁾. Trata-se de uma noção, aliás, cujas

(1) Denis Zaslavsky, *L'analyse de l'être—Essai de philosophie analytique*, Minuit, Paris, 1982, p. 35.

(2) A. Koyré, *Épiménide le menteur — Ensemble et catégorie* (1945), Hermann Éd., Paris, 1947, p. 40.

(3) Entendem-se estes três ramos da Semiótica no sentido de Ch. Morris e Carnap: a Semântica visa estudar a relação entre os signos e a «realidade»; a Sintaxe, as relações entre os signos; a Pragmática, as relações entre os signos e os Sujeitos ou seus intérpretes (mas também, no nosso caso, entre os Sujeitos e a dimensão dos signos e da realidade).

(4) Ver a propósito, vg., Jaakko Hintikka (em colab. corh Jack Hulas), *The game of Language* (1985), D. Reidel Publishing Company, Dordrecht/Boston/Lancaster, 2.ª ed. com correcções, 1985, p. 172.

teorizações sempre envolveram e envolvem indeléveis implicações gnoseológicas, éticas, políticas, e mesmo «existenciais»⁽⁵⁾.

Para além do carácter axial da noção em apreço, justifica-se aquele objectivo porque ela foi sujeita, no quadro da filosofia ocidental, a notórios pontos de vista redutores. Foi mesmo inserida em «jogos teóricos» onde podemos detectar certos «erros» que, embora compreensíveis epocalmente, temos hoje boas razões para abjurar.

Para que melhor se compreenda a pertinência do nosso objectivo, é conveniente precisar um pouco as vicissitudes a que acabamos de aludir.

No quadro do que podemos designar por «paradigma clássico do ser»⁽⁶⁾, a noção em causa foi «substantivada» e o denotado por ela foi predominantemente *substancializado* e *essencializado*⁽⁷⁾. Por outro lado,

(5) Considere-se o seguinte, a título parcial e implicitamente exemplificativo: referindo-se ao quadro de «oposições» ontológicas que desde os gregos se tornaram clássicas — ser/devir; ser/aparência; ser/pensar; ser/dever —, diz Heidegger, em nosso entender com inteira justeza, que tais «oposições» estão estritamente ligadas ao «destino» histórico do Ocidente, que elas delimitam as nossas relações mais fundamentais com aquilo que é na sua totalidade, que elas impregnam tudo quanto dizemos, fazemos ou pensamos (Heidegger, *Introduction à la métaphysique* (1935), trad. Gilbert Kahn, Gallimard, Paris, 1967, pp. 102-209, espec. pp. 103, 201, 205).

(6) Por tal entendemos o «modelo» metafísico predominantemente seguido até Kant. Como é óbvio, delimitar «modelos» ou «paradigmas» de... envolve sempre uma tarefa reconstrutiva e uma perspectiva necessariamente genérica. Tal delimitação, assim, admite excepções ou, no nosso caso, posições teóricas particulares não contempladas.

(7) Sobre a «substantivação» do verbo «ser», como possibilidade inscrita na estrutura da língua grega, ver Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, I, Gallimard, Paris, 1966, p. 71. Cf. tb. Jean-Louis Gardies, *Esquisse d'une grammaire pure*, J. Vrin, Paris, 1975, p. 105. A substancialização do ser — o ser tratado «como uma coisa» (Benveniste, *ibid.*) — torna-se entretanto evidente no «Poema» de Parménides, e é, duma forma já teórico-disciplinar (no quadro da chamada «Filosofia Primeira»), levada a cabo por Aristóteles, pelo menos no sentido em que para ele a substância era a primeira e mais fundamental das categorias — o modo principal de o Ser «se dizer». Ainda que não tenha substancializado integralmente o Ser, conferiu privilégio e primazia à categoria da substância (Cf. Aristóteles, *La métaphysique*, trad. Tricot, J. Vrin, Paris, 1962, III, 3, 998 b, 20ss.; IV, 2, 1003 a 33-34, 1003 b, 5 ss.; V, 7, 1017 a-1017 b). A posição aristotélica transmitiu-se com algumas «nuances» à tradição posterior, nomeadamente no que toca às «substâncias segundas» (géneros e espécies). Identificadas às «essências», as essências, na ordem do Ser, eram concebidas como as «características» eternas e imutáveis que definiam intrinsecamente toda e qualquer entidade. Nesse sentido, como que condicionavam «a priori» tudo o que de fundamental ocorria ao nível propriamente «existencial» das coisas. Sobre o tópico essencialista, vg. em Avicena, Duns Scoto, S. Tomás, Suárez e Ch. Wolff, ver Étienne Gilson, *L'être et l'essence* (1948), J. Vrin, Paris, 1987, caps. IV e V (pp. 124-186).

embora por razões quase naturais e «lógicas», o Ser foi teologizado⁽⁸⁾. Através desta operação, e ainda por análogas «razões», entendeu-se que a palavra «ser» designava uma totalidade perfeitamente definida — uma totalidade, aliás, hierarquizada⁽⁹⁾. Por fim, e apesar de hierarquizada, essa totalidade era concebida como relativamente homogénea⁽¹⁰⁾.

Como consequência de tudo isto, no quadro da metafísica clássica construiu-se uma «mundividência» predominantemente estática e fechada. Conferiu-se um privilégio desmedido ao idêntico, imutável e permanente, obliterando-se tudo quanto era da ordem do corpo, das aparências, dos afectos e da «existencialidade» (o «código»

(8) Desde logo porque se concebia que em Deus se sediavam todas as essências, postas «em acto» através do gesto criador. O âmbito geral do Ser comportava Deus caracterizado como «ens realissimum», como «causa sui», como a entidade de entre todas a mais soberana. Assim, pôde defender Heidegger que toda a Metafísica ocidental, desde os gregos, foi simultaneamente uma Ontologia e uma Teologia (cf. «Identité et différence» (1957), trad. André Préau, in Heidegger, *Questions* – I, Gallimard, Paris, pp. 253-308). Haveria nela essa «unidade onto-teo-lógica» na medida em que se indagava o ente como tal no que tem de universal e primeiro, juntamente com o que tem de supremo e último (id., p. 296). Para a razão deste procedimento, ver id., p. 294. Sobre o cariz onto-teo-lógico da metafísica clássica são extremamente precisos e elucidativos os artigos de Pierre Aubenque e de Jean-Luc Marion, respectivamente «Onto-logique» e «Théo-logique», in *Encyclopédie Philosophique Universelle*, vol. I (sob direcção de André Jacob), PUF, Paris, 1989, respectivamente pp. 6-16 e pp. 17-25.

(9) Se os individuais — como este homem, esta cadeira, etc. — faziam parte do Ser, dele faziam também parte os géneros e as espécies, as essências e, acima de tudo, Deus. O Ser, em absoluto, coincidia com essa mesma totalidade.

(10) Índice maior da concepção homogénea do Ser podemos encontrá-lo na maneira como foi teorizada a noção de «ente enquanto ente», a qual, na tradição filosófica, passou a denotar o objecto da Ontologia ou da Metafísica Geral. Supunha-se, com essa expressão, que existiam «características» gerais comuns a toda e qualquer entidade. Eram elas as «categorias» (os «géneros supremos» em Aristóteles e na tradição posterior) e os transcendentais «unum», «verum» e «bonum». Estes últimos, nomeadamente, eram encarados como características intrínsecas de qualquer entidade, ainda que Deus as possuísse de forma sumamente perfeita (daí a conhecida teoria da «analogia» a propósito dos transcendentais). Sobre o objecto da Metafísica, cf. Ch. Wolff, *Philosophia Prima sive Ontologia* (1729), ed. Jean Ecole, Hildesheim, N. York, 1977, parágrs. 1 e 8. Quanto aos transcendentais, já esparsamente referidos nas obras de Platão e Aristóteles, é de referir que S. Tomás ainda fala em cinco — «res», «unum», «aliquid», «verum» e «bonum» (*Quaestiones Disputatae - I - De Veritate*, Maretti Editori Ltd, Itália, ed. X, 1964, q. 1, a. 1), mas F. Suárez acaba por reduzi-los aos três acima indicados (*Disputationes Metaphisicae* (1597), texto latino e espanhol, ed. e trad. S. A. Romeo et al., 7 vols., Editorial Gredos, Madrid, 1960-1967, Disp. III, Secção III, 3, 4 e 5). Foi essa posição que se tornou mais ou menos clássica.

teológico ou o «pressuposto» das essências isso implicava)⁽¹¹⁾. Adoptou-se um «modelo de pensamento» de cariz «logicista» cujos efeitos foram deveras nefastos⁽¹²⁾.

Vicissitudes e perspectivas redutoras não ocorreram apenas, no entanto, no âmbito do «paradigma clássico do ser». Afectam também outros «paradimas ontológicos» que lhe sucederam. Embora não as podendo explicitar ou sumariar agora, também a essas teremos em mira na nossa análise (ainda que de modo mais implícito) e também elas lhe dão pertinência⁽¹³⁾.

(11) Foi isso o que levou Nietzsche a dizer que ao longo de toda a história da Metafísica se incorreu no «erro do ser»; — de todos o mais nefasto, segundo ele (cf. *Crepúsculo dos ídolos*, trad. Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 1985, pp. 29-34). Por sua vez, tendo em conta a sonegação da «existencialidade» do «Dasein» ao longo dessa mesma história, denunciou Heidegger o «esquecimento do ser» (cf. *Être et temps* (1927), trad. F. Vezin, Gallimard, Paris, 1986, parágr. 1, pp. 25 ss.; *Introduction à la métaphysique*, ed. cit., e sobretudo *Lettre sur l'humanisme* (1946), ed. bilingue, trad. Roger Munier, Aubier-Montaigne, Paris, 3.ª ed., 1983).

(12) Como efeito, nomeadamente, do essencialismo e da homogeneização ontológica, no discurso metafísico clássico, como observou Hegel, tornaram-se as determinações do pensamento como «determinações fundamentais das coisas» (*Encyclopédie des sciences philosophiques - I - La science de la logique*, trad. Bernard Bourgeois, J. Vrin, Paris, parágr. 28, p. 294). Como no mesmo sentido observa É. Gilson, a tendência dominante era «deduzir analiticamente o real a partir de um catálogo de essências definido uma vez por todas» (*L'Être et l'essence*, ed. cit., p. 115). Como é sabido, o referido «modelo de pensamento» foi submetido a uma acérrima crítica e «desconstrução» por parte de Kant na *Crítica da razão pura*.

(13) Fala-se hoje, no quadro da Ontologia ou Filosofia Primeira, nos paradigmas do «ser» (que corresponde, «grosso modo», ao que designámos no texto por «paradigma clássico do ser»), da «consciência» (onde se incluem Descartes, Kant, etc.) e da «linguagem» (onde se incluem Russell, Wittgenstein, Carnap, Quine, Apel, etc.). Sobre o assunto pode ver-se com proveito K. Otto Apel, «The transcendental conception of language communication and the idea of First Philosophy» (1976), in H. Parret (Ed.), *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*, Berlin and N. York, 1976, pp. 32-61. Refira-se, somente a título genericamente indicativo, que enquanto no paradigma da «consciência» há como que uma «redução» do Ser às «démarches» constitutivas do Sujeito Transcendental, no paradigma da «linguagem» encara-se a linguagem (ou as estruturas da linguagem) como uma espécie de «mostruário» da realidade ou do Ser. Ou então, como no caso de Apel (e também, em parte, de Habermas), pressupõe-se que, através do «dialogismo» operado no âmbito duma «comunidade de comunicação ilimitada», e recorrendo ao «jogo de linguagem ideal da argumentação», os homens acabarão por afluir a um «consenso final», quer no que toca a questões de índole cognitiva, quer no que toca a questões de natureza ética, política, etc. (ver Apel, *ibid.*; tb. *La transformación de la filosofía* (1972/3), vols. I e II, trad. Adela Cortina, Joaquín Chamorro e Jesús Conill, Taurus Ediciones, Madrid, 1985, sbdo vol. II, pp. 341-413). Em todas essas posições há pressupostos e perspectivas redutoras, quando não «filosofemas» nitidamente infundáveis.

Refira-se entretanto que não é um escopo «desconstrutivista» aquele que primordialmente nos move. É também, e acima de tudo, um escopo positivo e construtivo. O nosso objectivo último, ao clarificar a noção de ser através duma análise semiótica, consiste em fornecer uma espécie de «quadro formal» que funcione como «fundamento» duma Ontologia subordinada a exigências básicas de legitimidade.

Nesse sentido, podemos anunciar desde já: — *o Ser*, se acaso teoricamente «substantivado» e substancializado, redonda numa incongruência. O «Ser» é algo de que não podemos falar como se se tratasse duma coisa, ou mesmo duma totalidade de coisas definível e plenamente saturada. É este aspecto que já de seguida procuraremos «evidenciar». Os demais aspectos, «desconstrutivos» e «construtivos», irão sendo abordados progressivamente, ainda que alguns somente de maneira implícita.

II – SEMÂNTICA DE «SER»

§1. Se não se pode falar d'*o Ser* como se de uma coisa se tratasse, é porque a palavra *Ser* nada de determinado designa nem de determinado significa. É isso o que se implica na conhecida fórmula segundo a qual essa palavra é de extensão infinita e de nula compreensão.

Enquanto palavra, assim, é certamente a palavra mais «singular» de todas. E «singular», entre outras coisas, porque não podemos supor que àquela extensão infinita corresponde uma qualquer realidade «substantiva». Se admitirmos o contrário somos enredados numa série de falácias e paradoxos.

Desde logo: a noção de «ser» recobre tudo aquilo que é — *o conjunto daquilo que é*. Qualquer entidade deste conjunto pressupõe portanto a noção de ser. Assim, se substantivarmos ou substancializarmos o *Ser*, somos forçados a admitir que também ele *é*, e devemos então colocá-lo como mais um elemento do conjunto das coisas que são. Obtemos no entanto, desse modo, uma «totalidade ilegítima», uma totalidade corroída pelo círculo vicioso; — uma totalidade que, contrariamente à suposição inicial, não é uma totalidade bem definida, nem sequer intensionalmente. Com efeito, e como observou B. Russell, «o que envolve *todos* [os elementos] duma

colecção não pode ser um dos elementos dessa colecção.»⁽¹⁴⁾. Como facilmente se pode constatar, isto aplica-se inteiramente ao *Ser*, se acaso concebido como uma entidade com realidade substantiva.

Por razões análogas, se considerarmos a palavra «ser» como uma «função», nem sequer podemos dizer que *o Ser é ser*, sob pena de destruímos a significatividade da própria função. Com efeito — é ainda a teoria de Russell —, só podemos considerar uma função bem definida quando os seus valores estiverem bem definidos. Assim, «nenhuma função pode ter entre os seus valores algo que pressuponha essa função»⁽¹⁵⁾, uma vez que, caso contrário, a função persistirá com um estatuto ambíguo, com um estatuto não funcional, e, nomeadamente, implicará o círculo vicioso⁽¹⁶⁾. Portanto: se dissermos *o Ser é ser*, transgredimos toda a lógica inerente à significatividade das funções proposicionais. «É ser» é a função, e «o Ser» é um valor ou argumento dessa função. Mas «o Ser», obviamente, pressupõe a função «é ser».

O Ser, em suma, não pode ser de facto substancializado. Nem sequer definido, em bom rigor. A ser definido, o definido entraria de algum modo na própria definição, gerando-se assim, também dessa maneira, a figura do círculo vicioso. Pascal exprimiu este facto de uma forma lapidar: «Não se pode tentar definir o ser sem cair no absurdo: pois, com efeito, não é exequível definir uma palavra sem começar pelo verbo ser, ou exprimindo-o ou subentendendo-o. Portanto, para definir o ser, seria preciso dizer *é*, e assim empregar a palavra definida na definição.»⁽¹⁷⁾

§2. Apesar de não podermos substantivar o Ser e apesar de não o podermos definir⁽¹⁸⁾, a palavra ser tem uma semântica singularíssima. Já o dissemos. De toda e qualquer entidade podemos dizer que *tem ser*, muito embora não possamos dizer de qualquer entidade que ela é o ser. Nada escapa, portanto, ao âmbito denotativo do «é».

⁽¹⁴⁾ B. Russell (e A. N. Whitehead), *Principia Mathematica* (1910), Vol. I, Cambridge University Press, Cambridge, 2.a ed., 1925, p. 35.

⁽¹⁵⁾ *Id.*, p. 39.

⁽¹⁶⁾ *Ibid.*: «Uma função é o que denota ambigualmente algo de uma certa totalidade, nomeadamente os valores da função; por isso, essa totalidade não pode conter membros que envolvam a função, uma vez que, caso contrário, conterà membros que envolvem a totalidade, o que, em virtude do princípio do círculo vicioso, não pode suceder com nenhuma totalidade.»

⁽¹⁷⁾ Pascal, «Do espírito geométrico e da arte de persuadir» (1658), in *Opúsculos*, trad. Alberto Ferreira, Guirnarães Editores, Lx, s/d, p. 86.

⁽¹⁸⁾ Note-se que aqui, tal como mais acima no texto, falamos em «definir» em sentido aristotélico...

Tal âmbito, entretanto, é muito mais interessante e complexo do que pode parecer a primeira vista. Nele se incluem de facto todas as espécies de entidades: mesmo as paradoxais ou absurdas, mesmo as fictivas ou meramente ideais, mesmo as entidades lógicas e gnoseológicas, mesmo, enfim, as entidades que não existem (no sentido corrente do termo). Bertrand Russell delimitou de uma forma exaustiva a universalidade denotativa da palavra «ser». Diz-nos ele:

«Ser é o que pertence a todo o termo concebível, a todo o objecto possível de pensamento — em suma, a tudo o que pode possivelmente ocorrer em qualquer proposição, verdadeira ou falsa, e a todas essas proposições, elas mesmas. Ser pertence a tudo o que pode ser enumerado. Se *A* for algo que pode ser enumerado como 'um', é claro que *A* é. 'A não é' deve ser sempre falso ou sem significado. Porque se *A* não fosse nada, não se poderia dizer que não era; 'A não é' implica que há um termo *A* cujo ser é negado, e por isso que *A* é. (...). Os números, os deuses de Homero, as relações, as quimeras e os espaços a quatro dimensões, tudo isso tem ser, porque se não fossem entidades duma espécie qualquer, não poderíamos enunciar proposições acerca delas. Assim, ser é um atributo geral de tudo, e referir-se a alguma coisa equivale a mostrar que ela é.

A existência, pelo contrário, é apenas a prerrogativa de algumas entidades que são.»⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁹⁾ B. Russell, *The Principles of Mathematics* (1903), George Allen and Unwin, London, 10.^a ed., 1979, parágr. 427, p. 449. Refira-se que posição análoga à de Russell já havia sido defendida por Alexius Meinong, em *Ueber Annahmen* (Leipzig, 1902), no quadro da sua «Teoria dos Objectos». Para Meinong, «objecto» é tudo o que é susceptível de um enunciado, embora distinga em geral entre os «objectivos» e os «objectos» em sentido estrito. Distingue, além disso, entre objectos que existem, que subsistem mas não são concretos (vg. a «semelhança» entre duas pinturas) e objectos que nem existem nem subsistem sem todavia deixarem de ser «factos» (vg. o círculo quadrado) — Cf. Meinong, «*The theory of objects*» (1904), trad. Isaac Levi, D. Terrell e R. M. Chisholm, in *Realism and the Background of Phenomenology* (Ed. by R. M. Chisholm), Free Press of Glencoe, Illinois, 1960, pp. 76-117; «*Zur Gegenstandstheorie*» (1920), trad. parcial de Reinhart Grossmann («Meinong's Ontology»), in R. Grossmann, *Meinong*, Routledge and Kegan Paul, London and Boston, 1974, Apêndice I, pp. 224-229. Para uma perspectiva detalhada das posições de Meinong acima resumidas, ver J. N. Findlay, *Meinong's Theory of Objects and Values* (1933), Clarendon Press, Oxford, 2.^a ed, 1963; ver tb. Hubert Elie, *Le complexe significable*, J. Vrin, Paris, 1936, pp. 147-164. Refira-se entretanto que Russell, com a sua teoria das descrições, viria mais tarde a demarcar-se da posição defendida em 1903 e a proceder a uma crítica da perspectiva de Meinong. Cf., a propósito, «On Denoting» (1905), *Mind*, New-Series, XIV, pp. 479-493. Para as diferenças entre Russell e Meinong quanto ao assunto em apreço (inclusive em 1903), ver Hubert Elie, *op. cit.*, pp. 165ss.

A noção de ser aplica-se portanto a tudo que seja objecto possível de um enunciado (verdadeiro ou falso), embora nem tudo o que é (neste sentido amplo) exista—naturalmente. Segundo B. Russell, uma tal universalidade de «ser», para além de razões óbvias, é mesmo exigida como condição para se poder negar a existência de certas entidades; — precisamente daquelas que, embora sendo, não existem⁽²⁰⁾.

§3. Esta perspectiva não está isenta de problemas, e alguns deles foram mesmo objecto de acirradas disputas na tradição filosófica. Em nosso entender, porém, tais problemas, de certa maneira, são falsos problemas. Vejamos pois.

Dada uma tal universalidade de «ser», mesmo o não-ser *é*, o círculo quadrado *é*, a classe de todas as classes que não pertencem a si mesmas como classes *é*... etc. A universalidade de «ser», em suma, implica que qualquer entidade, mesmo que absurda, antinómica ou paradoxal, seja. Tal facto, contudo, não nos coloca em face de nada de anormal ou incongruente.

O não-ser, por exemplo, *é*, mas nem por isso é «o ser». É um tópico possível de pensamento, ou então, como anotava Aristóteles, é exactamente não-ser⁽²¹⁾. Do mesmo modo, o círculo quadrado *é*, por exemplo, uma entidade não-construível. Quanto à classe de todas as classes que..., o seu «ser» é ou foi de tamanha proficuidade que nela, em grande medida, repousou o refinamento de

⁽²⁰⁾ B. Russell, *The Principles of Mathematics*, ed. cit., parágr. 427, p. 450. Assim explica o filósofo como a distinção entre ser e existência *é* essencial, nomeadamente para se poder negar a existência de qualquer «entidade»: «o que não existe tem de ser algo, pois caso contrário seria carente de sentido ('meaningless') negar a sua existência; necessitamos portanto do conceito de ser, entendido como aquele que se aplica mesmo às entidades não existentes ('even to the non-existent').» (*ibid.*).

⁽²¹⁾ Cf. Aristóteles, *La metaphysique*, ed. cit., III, 2,1003 b, 10-11 («...mesmo o Não-Ser *é*: ele *é* Não-Ser.»); XIV, 2, 1089 a, 5 ss. (o não-ser, tal como o ser, diz-se de várias maneiras em acordo com o número das categorias). Explicitamente contra a identificação entre o Ser e o Não-Ser (ou contra a substancialização do Não-Ser), ver *Organon — Les réfutations sophistiques* (trad. Tricot, J. Vrin, Paris, 1950), cap. V (166 b, 34 ss. - 167 a, 1-6) e cap. XXV, 180 a, 31 ss.; ver tb. *id.* — *De l'interprétation* (trad. Tricot, J. Vrin, Paris, 1946), cap. 11, 21 a, 33 ss. Sobre os problemas (e paradoxos) em torno do Ser e do Não-Ser, ver Denis Zaslavsky, *Analyse de l'être*, ed. cit. O autor examina aí as posições de Platão, Aristóteles, Meinong e Russell quanto ao assunto, terminando por apresentar uma «solução» pessoal relativamente à questão do «não-ser».

certas regras e teorias da lógica moderna⁽²²⁾. Perguntar-se-á, no entanto: — e o próprio *Ser*? Não é ele também? Não é ele também um «termo» susceptível de enunciações, sejam elas verdadeiras ou falsas? — Claro que sim. Mas acima de tudo o *Ser* é, sem mais. Não é algo de determinado ou determinável⁽²³⁾. Ou então é algo de teratológico, se acaso o substancializarmos (como já atrás se evidenciou). Ou ainda, e de forma mais «positiva»: «ser» é uma pura noção verbal, e a condição sumamente transcendental de todos os nossos dizeres - de todas as nossas denotações, predicações ou relações das entidades que são. Dizer isto não equivale a definir o *Ser*⁽²⁴⁾. Equivale somente a apontar a funcionalidade ontológica da noção de «ser». É por esta senda que continuaremos a prosseguir.

§4. Retomemos pois a perspectiva anterior. Trata-se de uma perspectiva não apenas justa mas também relevante de um ponto de vista filosófico. Isto porque dá consistência de ser não apenas às entidades de tipo fisicalista, mas também, nomeadamente, às entidades imateriais e inexistentes.

Ora, é óbvio que o nosso viver é talvez maioritariamente regido por entidades imateriais (projectos, desejos, fantasmas, ideias, ideais, etc.), como é igualmente óbvio que também as entidades inexistentes, ou cuja existência não pode ser demonstrada, desempenham um iniludível papel no teatro das vivências e estratégias humanas. Pense-se em Deus ou nas entidades mitológicas, por exemplo. Pense-se no que para nós ainda não existe mas pode no futuro existir. Pense-se mesmo no que presumimos vir a existir no futuro como consequência das nossas acções, ou devido a

(22) Com efeito, foi com vista à resolução do paradoxo da classe de todas as classes que não pertencem a si mesmas como classes que B. Russell elaborou a conhecida *teoria dos tipos*, a qual, indiscutivelmente, é de primordial relevância no quadro da lógica moderna (seja em si mesma considerada, seja devido às reacções e reformulações que suscitou). Este assunto será mais à frente retomado, no texto e em nota.

(23) «Na realidade designamos com a palavra 'ser', na sua significação, através dela, o próprio ser, mas é claro que isso não é uma coisa, pelo menos se entendermos por 'coisa' um ente qualquer.» (Heidegger, *Introduction à la métaphysique*, ed. cit., p. 96). Note-se que afirmar que o ser não é nada de determinado ou determinável não implica que não se possam produzir enunciações verdadeiras ou falsas sobre o termo «ser». Isso mesmo se evidencia pelo facto de o dizer.

(24) Em sentido aristotélico, sublinhe-se mais uma vez...

um qualquer desígnio ignoto, mas realmente nunca se materializará como algo existente. Sem dúvida que muitas das nossas acções, grande parte dos nossos fluxos existenciais, são movidos, e mesmo sobredeterminados, por entidades ou complexos de entidades que se inserem no cenário anterior. Por entidades que *são*, em última análise.

É assim um enorme erro redutor pretender eliminar do domínio da Ontologia todas as entidades que não sejam de ordem puramente lógica ou fisicalista⁽²⁵⁾. É um erro, no mínimo, de um ponto de vista existencial e pragmático.

Naturalmente são alguma coisa todos os nossos *agires*, *sentires* e *pensares*. E é também alguma coisa qualquer objecto desses mesmos *agires*, *sentires* e *pensares*, por muito absurdo, abnócio ou até impossível que seja. Assim, o único princípio que é correcto adoptar a respeito das entidades que são..., é o *princípio ontológico da tolerância*⁽²⁶⁾. Não é ontologicamente correcto rasurar do domínio do «Ser» qualquer entidade que nesse domínio de direito se inclui. Que pragmaticamente e, em inúmeros casos, isso seja ou tenha de ser feito, em nada minimiza a nossa perspectiva teórica. Digamos que, se acaso não existisse o domínio universalista do «Ser», as próprias pragmáticas humanas, no teatro de «guerra» em que muitas vezes elas se inserem, nem sequer teriam condições e espaço de possibilidade. Em suma: não existiriam intolerâncias ontológicas se não houvesse um espaço geral e amplíssimo dominado pelo princípio da tolerância. No mínimo, para se negar alguma coisa, tem de se pressupor que isso que se nega está afirmado ou de alguma maneira «posicionado».

⁽²⁵⁾ Podemos encontrar esse erro, *vg.*, em Quine, «On What There Is» (*Review of Metaphysics*, 1948); reprod. in Quine, *From a Logical Point of View* (1953), Harvard University Press, Cambridge, Mass. and London, 4.^a ed., 1980, pp. 1-19.

⁽²⁶⁾ Este princípio, embora não exactamente com a latitude que no texto propomos, foi defendido por Rudolf Carnap, em «Empiricism, Semantics, and Ontology», *Revue Inter. de Phil.*, 4 (1950), pp. 20-40. Sobre esse Ensaio de Carnap pode ver-se o nosso estudo «As questões externas/internas segundo Carnap», *Universidade do Porto—Revista da Faculdade de Letras—Série de Filosofia*, n.^{os} 5-6, 2.^a série, 1988-1989, pp. 41-78. Sublinhe-se entretanto: o princípio ontológico da tolerância advogado no texto, não é incompatível com o facto da existência de «guerras teóricas» relativas a certas entidades nem com o direito do recurso a elas.

III – O DOMÍNIO SEMÂNTICO DO «SER»

§5. Passemos agora a outra ordem de ideias, embora ainda de direito inseridas numa óptica semântica de «ser». Já sabemos que esta palavra denota em geral um domínio onde tudo cabe. Interessa agora é caracterizar esse domínio. Chegamos ao ponto em que se evidenciarão como erros outros aspectos (para além da substancialização e da 'totalização') incluídos no «paradigma clássico do ser».

Com efeito, temos de reconhecer que aquele domínio é um domínio heterogéneo, multidimensional, aberto, infinito ou virtualmente infinito.

É *heterogéneo* porque, como decorre da Secção anterior, as entidades que têm ser são de inúmeros géneros e espécies, de natureza díspar e não unificável sob qualquer conceito ou expressão omni-caracterizadora (ainda que pelo prisma da suma generalidade).

Porque é heterogéneo, é imperioso que, desde logo (e como B. Russell observou), se distinga entre o que é, simplesmente, e aquilo que existe (de entre aquilo que é). Se não adoptarmos essa distinção cometemos as mais crassas anfibologias, intrometemo-nos nas mais nefastas consequências.

Além disso, e de um modo mais global, é imperioso distinguir no domínio daquilo que é regiões topológicas distintas e impermutáveis. Kant procedeu a essa distinção com a sua teoria dos «conceitos de reflexão» e, em acréscimo, estatuindo os domínios de legitimidade discursiva de cada «faculdade superior do conhecimento»⁽²⁷⁾. A Nicolai Hartmann se deve, entretanto, a especificação mais rigorosa de regiões heterogéneas do «ser». Através de leis e combinatórias precisas de noções modais, discerniu entre a esfera real, a esfera

(27) Com efeito, através dos «conceitos de reflexão» (identidade/diversidade; concordância/oposição, interno/externo; matéria/forma), Kant entendia poder estabelecer-se uma «tópica transcendental» destinada a distinguir entre as representações que de direito pertencem à ordem da sensibilidade e as que pertencem à ordem do entendimento puro. Se não for preservada essa distinção confunde-se «entre o objecto puro do entendimento e o fenómeno», isto é, cometem-se as mais falaciosas «anfíbolias transcendentais». Sobre o assunto, ver *Crítica da razão pura* (1781/87), trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, F.C.G., Lisboa, 1985, pp. 276-294. Sobre os «domínios» próprios de cada faculdade superior do conhecimento (Entendimento, Faculdade de julgar e Razão), ver *Critique de la faculté de juger* (1790), trad. A. Philonenko, J. Vrin, Paris, 1989, «Introduction», pp. 7-42. Trata-se dos domínios, respectivamente, da Natureza, da Arte e da Liberdade.

lógica, a esfera ideal e a esfera gnoseológica⁽²⁸⁾. Certamente que, no quadro de uma «topologia ôntico-transcendental», poder-se-ia discriminar um número significativamente maior de regiões de ser, seguindo, por exemplo, um critério pragmático-discursivo. Apesar disso, a teoria de Hartmann relativa às quatro «esferas de ser» é já um precioso instrumento para que se não caia em certos erros em que se enredou o pensamento filosófico clássico. Para que não se faça coincidir, por exemplo, o que é válido na esfera lógica com o verdadeiro na esfera real, para que não se confunda pertinência ideal com efectividade real, para que não se identifiquem conteúdos de conhecimento com traços ou características da realidade «numérica»⁽²⁹⁾.

Em resumo: se a palavra «ser» abarca toda e qualquer entidade, há grupos de entidades que têm *modos de ser* rigorosamente não inter-substituíveis. O princípio ontológico da tolerância deve acomodar-se a este facto, sob o risco de volver-se num princípio dogmático de intolerância. Dizer isto é óbvio. Se não distinguirmos entre tais modos de ser, cairemos facilmente no erro, que logo se investirá em dogmatismos ou intolerâncias, de advogar para todos os discursos as mesmas «pretensões de validade», confundindo, por exemplo, entre «verdade», «veracidade» «justeza» ou outras noções aléticas⁽³⁰⁾.

§6. Não menos óbvio é que o domínio do «Ser» é um domínio *multidimensional*. Decorre isso do próprio facto da heterogeneidade, se acaso o submetermos a um exame um pouco mais detalhado.

Consideremos os objectos físicos, por exemplo. Podemos discernir neles a sua dimensão vulgar («coisificada») e a sua dimensão

⁽²⁸⁾ Cf. N. Hartmann, *Ontologia* (5 volumes), trad. José Gaos, Fondo de Cultura Económica, México, especialmente vol. II (1937; trad.: 1956) e vol. III (1939; trad.: 1959).

⁽²⁹⁾ Hartmann, *op. cit.*, vol. III, cap. 13, denunciou precidamente essas confusões e identificações no quadro da Metafísica clássica. Admitia-se — diz-nos ele — que as formas lógico-ideais eram simultaneamente as formas lógicas do real (confundia-se entre princípios lógicos e ontológicos) e identificavam-se aquelas mesmas formas com o pensar puro (p. 152). Hartmann resume do seguinte modo o seu ponto de vista crítico: «Há efectivamente três estruturas diversas cujos princípios se identificam mais ou menos na Ontologia antiga: a estrutura do pensamento, a do ser ideal (das essências) e a do ser real. As essências fundamentais, por outro lado, identificam-se com as formas fundamentais do real». (p. 154).

⁽³⁰⁾ Sobre diferentes e impermutáveis «pretensões de validade» para os discursos, ver Jürgen Habermas, «Théories relatives à la vérité» (1973), trad. Rainer Rochlitz, in A.A.V.V., *Logique des sciences sociales et autres essais*, PUF, Paris, 1987, pp. 275-328.

microscópica — entre outras, eventualmente. Consideremos objectos abstractos, como conceitos e números. No âmbito dos conceitos devemos distinguir aqueles que directamente se aplicam a individuais (a uma cadeira, ao sr. António, etc.), aqueles que se aplicam a classes de individuais (a todos os homens, a alguns animais, etc.), aqueles que se aplicam a classes de classes de individuais (associações de clubes, por exemplo), etc. No âmbito dos números distinguem-se os números naturais, os números reais, irracionais, etc. Distinguem-se mesmo, na sequência de G. Cantor, diferentes dimensões ou hierarquias de números infinitos. Os exemplos poderiam multiplicar-se. Não adianta.

De forma evidente, o domínio do «ser» escande-se numa série virtualmente infinita de dimensões. Dimensões também elas não entre si substituíveis *de direito*. Isto porque obedecem a «legalidades» de tipo diferente. Porque todas elas abarcam objectos que são, mas subordinam-se a distintos *modos de ser*. Tente-se, por exemplo, encontrar a raiz quadrado de um número negativo... Tente-se pontapear um conceito ou individualizar plenamente um electrão.

§7. Sendo heterogéneo e multidimensional, o domínio do «ser» é também um domínio *aberto e infinitista*. Dizemos, por exemplo, que uma laranja é x ... mas x ... por sua vez é y ..., y ... por sua vez é z ..., *in infinitum*⁽³¹⁾.

O carácter aberto e infinitista do domínio do «ser», entretanto, é sobejamente evidenciável se admitirmos que a esse domínio afluem os resultados de todos os agires, sentires e pensares que podemos fazer incidir sobre qualquer entidade. Através desses três modos de pragmatização daquilo que é, produzimos um sem número de entidades sobre entidades já dadas. Quando ajo sobre um certo objecto x , por exemplo, produzo um objecto específico do meu agir, o qual nunca coincide inteiramente com o próprio x . Quando um objecto y me desperta certo afecto ou sentimento, acontece a mesma coisa. E o mesmo sucede quando sobre um objecto z exerço o meu pensamento. Em todos

(31) Está em causa no exemplo dado, muito em particular, uma das facetas do problema do «sentido». Cf. a propósito Gilles Deleuze, *Différence et répétition* (1968), PUF, Paris, 2.^a ed., 1972, pp. 201-2.

estes casos ocorre uma produtividade específica de novos objectos⁽³²⁾.

Ora, se considerarmos que qualquer entidade é susceptível daqueles três modos de pragmatização, e se considerarmos, além disso, que esses modos são activados de maneiras distintas por diferentes pessoas, logo se concluirá que um dos efeitos daquela produtividade é a multiplicação de objectos por sinuosas linhas que tendem para o ilimitado. Muito embora, e por isso mesmo, nunca se chegue a gerar um universo de objectos infinito *em acto*.

Podemos entretanto esclarecer de forma mais rigorosa o carácter aberto e infinitista do «ser». Socorramo-nos, para o efeito, dum operação lógica que nos fornece, a respeito de dado conjunto x , o conjunto das suas partes ($P(X)$). Em acordo com o conhecido *teorema de Cantor*, se um conjunto tem n elementos, terá 2 elevado a n sub-conjuntos ou partes. Assim, por exemplo, a partir de um conjunto de três pessoas, podemos formar oito subconjuntos ou partes desse conjunto. Cada um desses sub-conjuntos representa uma possibilidade de escolha. Uma delas, naturalmente, consiste em não escolher pessoa nenhuma. Outra consiste em escolher uma a uma de per si (seja o António; a Maria; o Joaquim). Outra consiste em escolher todos os possíveis pares de pessoas (António e Maria; António e Joaquim; Maria e Joaquim). Outra, finalmente, consiste em escolher as três pessoas que formam o próprio conjunto em consideração (António e Maria e Joaquim). Tudo somado, estamos em presença de oito escolhas possíveis e distintas. Isto é: obtemos exactamente oito sub-conjuntos, sendo um deles o chamado sub-conjunto

(³²) Usamos aqui implicitamente, e de modo ampliado, a distinção de Ch. Sanders Peirce entre «objecto dinâmico» e «objecto imediato». O «objecto dinâmico» é o objecto exterior ao processo semiótico ou a «realidade» que activa esse mesmo processo (cf. Peirce, *C.P.*, 4.536). O «objecto imediato» é o resultado da representação semiótica do próprio objecto dinâmico; — é este mesmo objecto enquanto representado de modo específico por um signo particular (*ibid.*). Dado porém que qualquer signo só representa o seu objecto dinâmico sob um aspecto determinado e não sobre todos os aspectos (*id.*, 2.228), segue-se que o mesmo objecto dinâmico se pode escandir, uma vez que é representável por variadíssimos signos, em inúmeros objectos imediatos (a cada um destes correspondendo um aspecto representado). Dito isto, acrescente-se que, na nossa perspectiva, cada sentir, agir ou pensar é um signo (simples ou complexo).

«vazio»⁽³³⁾. O cenário que nos oferece o teorema de Cantor é significativo para o nosso propósito, uma vez que cada dos sub-conjuntos indicado é objecto possível de um agir, de um sentir ou de um pensar. Ou melhor: de inúmeros agires, sentires e pensares. Todos eles sediáveis, além disso, em múltiplas pessoas.

O facto basilar, entretanto, é que qualquer conjunto tem mais partes ou sub-conjuntos do que elementos, e isso numa proporção que cresce geometricamente, sempre segundo a fórmula 2 elevado a n (representando n a quantidade de elementos do conjunto que se considere). Temos portanto, com a operação em apreço (mas outras se poderiam invocar, como a operação chamada «quadrado cartesiano»), um modo efectivo de entrarmos na senda da infinitização de qualquer universo restrito de entidades.

Relembre-se que o domínio do «ser» já de si é um domínio de notória universalidade. Imagine-se então quanto essa universalidade pode ser exponenciada. Mas nem é necessário invocar a imaginação. A operação a que fizemos referência indicia soberanamente como de facto o domínio do ser é um domínio aberto e infinitizável. É significativo, a este respeito, que foi com base nessa operação que Cantor demonstrou que não há o maior cardinal⁽³⁴⁾. Foi com base nela que estabeleceu a interessantíssima orgânica da série dos números transfinitos. Este facto, repetimos, é de profundo significado. Não só porque todo e qualquer número é. Também, e sobretudo, porque esse facto, somado a todas as considerações até agora efectuadas, nos indica de forma insofismável que não podemos falar substancialmente d'o *Ser*. O *Ser*, efectivamente, não é nada de definido, «definível», nem substancializável.

§8. Podemos entretanto evidenciar ainda mais este último facto. Podemos mesmo como que demonstrá-lo.

Para tal, basta-nos retomar de novo a operação de potenciação de um conjunto, aplicando-a agora ao conjunto imaginavelmente mais

⁽³³⁾ Acerca desta explicação do «teorema de Cantor» em termos de escolhas possíveis sobre os elementos dum conjunto, cf. B. Russell, *Histoire de mes idées philosophiques* (1959), trad. Georges Auclair, Gallimard, Paris, 1961, p. 100.

⁽³⁴⁾ Georg Cantor, «Ein Beitrag zur Mannigfaltigkeitslehre» (1878), *Journal für die reine und angewandte Mathematik*, 84, pp. 242-258. Pode ver-se a reprodução e explicação da demonstração de Cantor em B. Russell, *The Principles of Mathematics*, ed. cit., parágrs. 344-346, pp. 362-364.

lato de todos os conjuntos. Sem dúvida que esse conjunto será o denotado pela expressão: *o conjunto de todos os conjuntos*. É esse também, afinal, o conjunto que a palavra «Ser» denota na sua máxima universalidade.

Pois bem. Aplicada a referida operação, obteremos naturalmente *o conjunto das partes do conjunto de todos os conjuntos* (ou o conjunto dos subconjuntos do conjunto de todos os conjuntos). Ora, segundo o teorema de Cantor, também o conjunto em apreço deverá ter mais sub-conjuntos (mais partes...) do que elementos-conjuntos. Este resultado é porém paradoxal, uma vez que, por definição, *o conjunto de todos os conjuntos* é o conjunto mais inclusivo de todos⁽³⁵⁾.

Este paradoxo, também conhecido por paradoxo de Cantor⁽³⁶⁾, ilustra bem aquilo em que temos insistido: o «Ser», sendo de natureza virtualmente infinita, não é «definível» nem substantizável. Não é uma totalidade bem definida, não é algo de «finitizado», não pode ser tratado «como uma unidade».

Embora não se referindo ao «Ser» mas precisamente ao conjunto de todos os conjuntos (ou, para sermos mais precisos: ao sistema de todas as cardinalidades), foi isso mesmo que acabou por reconhecer o próprio Cantor. Identificando as noções de sistema e de totalidade à noção de multiplicidade, admitiu que aquele conjunto, porque carece de unidade, é uma *multiplicidade inconsistente*. Cantor apelidava também tal multiplicidade de *absolutamente infinita*, concluindo que não podemos submeter multiplicidades análogas a certas operações.⁽³⁷⁾ Refira-se que a conclusão semelhante chegou Zermelo, e com base nela, em 1908, equacionou a sua teoria axiomatizada dos

⁽³⁵⁾ Para a formulação deste paradoxo, ver Jules Vuillemin, *La première philosophie de Russell*, Armand Colin, Paris, 1968, p. 123; tb. A. A. Fraenkel, Y. Bar-Hillel, A. Levy, *Foundations of Set Theory* (1958), North-Holland, Amsterdam/N. York/Oxford, 2.ª ed., 1984, p. 7.

⁽³⁶⁾ Com efeito, o paradoxo em causa foi descoberto pelo próprio Cantor em 1899, embora só tenha sido publicado em 1932, em *Gesammelte Abhandlungen mathematischen und philosophischen Inhalts* (Ed. by E. Zermelo), Springer, Berlin. Sobre o assunto, ver A. A. Fraenkel, Y. Bar-Hillel, A. Levy, *Foundations of Set Theory*, ed. cit., p.7. Refira-se que em 1901 B. Russell teve conhecimento de tal paradoxo, e com base nele construiu a antinomia relativa à «classe de todas as classes que não pertencem a si mesmas como classes» (id., pp. 7-8). Cf. tb. B. Russell, *The Principles of Mathematics*, ed. cit., parágr. 344, p. 362; *Histoire de mes idées philosophiques*, ed. cit., p. 94.

⁽³⁷⁾ Georg Cantor, «Letter to Dedekind» (28 Jul 1899), trad. S. BauerMengelberg e J. van Heijenoort in *From Frege to Gödel - A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931* (1967), ed. by J. van Heijenoort, Harvard University Press, Cambridge, Mass., London, 4.ª ed., 1981, pp. 113-117.

conjuntos⁽³⁸⁾. Por outro lado, a teoria dos tipos que B. Russell sistematizou por volta de 1910, aponta exactamente no mesmo sentido⁽³⁹⁾.

§9. Podemos assim extrair agora uma interessante consequência. Se é certo que o domínio do «Ser» é heterogéneo, multidimensional, aberto e «infinetizável», *nunca podemos lidar com a totalidade desse domínio*. Não podemos lidar com tudo o que *tem* ser. No âmbito dessa totalidade temos de proceder a *cortes* ou *limitações*. Essa é a condição basilar de todos os nossos agires, sentires e pensares (aspecto que mais adiante se desenvolverá).

Uma outra consequência, entretanto, decorre da perspectiva anterior. Aquilo que a palavra «Ser» denota jamais se deixa resumir a um domínio inteiramente em estado de *acto* ou de *presença*, visto que inclui sempre uma indefinitiva dimensão de *potência*, de *construibilidade*, mesmo de *criatividade*. Para além do devir imanente a toda e qualquer entidade, implica-se isso na fenomenologia jamais saturada de todos os nossos agires, sentires e pensares. Assim, a par do domínio do «Ser» encarado como *multiplicidade imanente* (já dada como heterogénea, multidimensional, etc.), podemos falar no domínio do «Ser» como *multiplicidade transcendente*. O domínio, em rigor, é sempre o mesmo: o domínio do «Ser». Mas é como se tal domínio tivesse um verso e um reverso que mutuamente são postos em estado de solicitação (um pouco como, pelo menos na aparência, sucede com o *anel de Moebius*).

Com efeito, por muito que os nossos agires, sentires e pensares produzam novas entidades, nunca essas entidades são suficientes para estancar o incessante «élan» daqueles três principais «functores» humanos. Perante eles, o domínio *actualizado* do ser *está sempre a*

(³⁸) Zermelo, «Investigations in the Foundations of Set Theory I» (1908), trad. S. BauerMengelberg, in J. van Heijenoort, *From Frege to Gödel...*, ed. cit., pp. 199-215.

(³⁹) No intento de resolver os paradoxos, em particular o da «classe de todas as classes que...», Russell formula um primeiro esboço da teoria dos tipos em *The Principles of Mathematics*, ed. cit., cap. 10 (parágrs. 100 ss., pp. 100-107) e «Apêndice B» (parágrs. 479 ss., pp. 522-528). Considerando esse esboço como insatisfatório, prossegue o seu objectivo num artigo de 1906 («Les paradoxes de la logique», *Revue de Métaphysique et de Morale*, 14 (1906), pp. 627-650), e num outro de 1908 («Mathematical Logic as Based on the Theory of Types», *American Journal of Mathematics*, vol. 30, pp. 222-263). Neste último artigo já se encontra a teoria dos tipos praticamente na sua forma definitiva. É porém nos *Principia Mathematica*, de 1910 (ed. cit., pp. 37-65 e pp. 161-167), que a referida teoria é apresentada na sua versão final.

menos, e por isso são insistentemente movidos por um *sempre a mais* a actualizar. Nunca conseguem pois actualizar integralmente o «Ser». É nesta medida que há também o domínio transcendente do «Ser». Subsiste sempre uma espécie de fissura ou de hiato entre aquilo que é e aquilo que pode ser. Entre aquilo que é e aquilo que deve ser. Entre aquilo que é e aquilo que se pensa ser.

§10. É porque existe essa jamais eliminável lacuna que os homens podem efectuar actos de transcendência sobre o domínio daquilo que é, ou então, mais rigorosamente, sobre o limitado domínio de ser que imediatamente os circunda. Podem efectuar tais actos e efectuam-nos mesmo; — através dos gestos mais triviais e inapercebidos. É isso que, acima de tudo, define a sua existencialidade. Na busca da sua plena realização, tentam aproximar-se do domínio transcendente do «Ser». Essa presumida aproximação, contudo, é sempre também um reiterado afastamento. Donde: numa óptica estritamente existencial, podemos muito bem dizer, com Heidegger, que o Ser enquanto algo de transcendente é o que está sempre mais próximo e mais distante do homem⁽⁴⁰⁾. Em face desse domínio transcendente o homem é acima de tudo um *ec-sistente*, isto é, um ser que insistindo sempre naquilo que é, para ser plenamente volta-se e tenta dirigir-se para aquilo que não é ou ainda não é⁽⁴¹⁾.

Sucedo pois que ainda por este prisma o «Ser» não é nada de substancial — não é algo de substancializado ou de substancializável. Como observou Heidegger, o Ser enquanto transcendente não é um *ente*. É uma pura *Dimensão*⁽⁴²⁾. Justamente a Dimensão, diremos nós, que está sempre a menos e a mais por relação à ordem imanente do «Ser». Enfim: a perspectiva ontológica de Heidegger (uma perspectiva estritamente existencial), enquadra-se perfeitamente no horizonte semântico do «Ser» que até ao momento procuramos delinear. Devemos apenas sublinhar que em tal horizonte é oportuno discernir os dois domínios de ser: o domínio imanente e o domínio transcendente. Esses domínios, porém, ao menos no sentido que indicámos atrás, não passam afinal de um e o mesmo domínio. Se o «Ser» em si mesmo, e numa certa óptica, não é nada, é precisamente

⁽⁴⁰⁾ Heidegger, *Lettre sur l'humanisme*, ed.cit., pp. 77-8.

⁽⁴¹⁾ Id., p. 61 ss.

⁽⁴²⁾ Cf. Heidegger, *Lettre sur l'humanisme*, ed. cit., pp. 85, 95, 109, 121, 132-3, 137. Sublinhe-se que afirmar que o ser enquanto transcendente é uma pura Dimensão, em nada invalida o que atrás se disse acerca da multidimensionalidade do ser.

porque conecta e faz divergir incessantemente aqueles dois domínios do mesmo domínio. Nunca está inteiramente num e noutro. Neste sentido, é uma espécie de «espaço vazio», de condição condicionada (por nós...) de todos os agires, sentires e pensares. É uma espécie de «elemento paradoxal» na acepção de Gilles Deleuze⁽⁴³⁾.

IV - SINTAXE DO «SER»

§11. Para denotar, o verbo *ser tem de ligar*. Sobretudo para denotar entidades complexas como algumas que se referiram nas duas Secções anteriores. Por outro lado, se «Ser» denota entidades de heterogéneo tipo ou de heterogéneas ordens - como também nas Secções anteriores se indicou —, *tem de ligar de modos diferentes*. Há com efeito inúmeros modos de ligação ou conexão proporcionados pelo verbo *ser*, sendo através deles que, afinal, se «constroem» entidades das mais diversas espécies.

Tal perspectiva, de maneira todavia não explícita, já se encontra parcialmente em Aristóteles. Para ele o Ser diz-se de várias maneiras em acordo com as dez categorias (substância, qualidade, quantidade, acção, paixão, etc.)⁽⁴⁴⁾. Ora as categorias aristotélicas, se não são propriamente categorias sintácticas, representam pelo menos dez grupos distintos de palavras cuja discriminação, vistas bem as coisas, é de base lógico-sintáctica⁽⁴⁵⁾. A cada uma delas, por isso mesmo, está associada uma forma particular de ligação entre elementos lógicos e ontológicos.

Entretanto, é sem dúvida a Kant que se deve a primeira explicitação do verbo *ser* como um functor basilar de ligações ou conexões entre representações (e indirectamente entre termos ou entidades).

⁽⁴³⁾ G. Deleuze, com efeito, embora no quadro duma estratégia teórica diferente da nossa (trata de delimitar as condições do «sentido»), fala do «elemento paradoxal» como um «quid» que incessantemente faz divergir e conectar duas ou mais séries heterogéneas, em regime de desequilíbrio. Circula aleatoriamente por uma ou outra sem com qualquer delas se identificar (se numa aparece como «excesso», noutra aparece como «carência»), sendo assim o agente-mor da estruturalidade de qualquer estrutura — das produtividades que no interior dela se operam. Cf. Deleuze, *Logique du sens*, Minuit, Paris, 1969, pp. 63-66.

⁽⁴⁴⁾ *La métaphysique*, ed. cit., IV, 2, 1003 a, 33-4; V, 7, 1017 a, 23 ss.

⁽⁴⁵⁾ Para esta interpretação, ver Jules Vuillemin, *De la logique à la théologie — Cinq études sur Aristote*, Flammarion, Paris, 1967, pp. 44-125. Sobre a funcionalidade sintáctica das categorias aristotélica — ou sobre as diversas «modalidades sintácticas da cópula» que nelas se materializam —, ver id., p. 226.

Por um lado, observa ele correctamente, «ser» não é um predicado real⁽⁴⁶⁾. Por outro lado — e com isso complementa a observação anterior —, o verbo ser, na sua função de cópula (o é...), não relaciona senão a diversidade das representações à «apercção originária» sob uma forma de «*unidade necessária*»⁽⁴⁷⁾.

Com os diversos usos do verbo ser, portanto, produzem-se diversas formas «unitárias» de ligação entre termos, isto é, distintas formas de «síntese» entre distintas representações. Essas formas não são senão as doze categorias (em rigor elas é que produzem as ligações e sínteses entre representações fenoménicas). Ora as categorias kantianas já têm um estatuto explícita e estritamente sintáctico. Prova disso é que Kant as «deduziu» dos diferentes tipos de juízos compendiados na Lógica clássica (de proveniência aristotélica)⁽⁴⁸⁾. Em suma: as doze categorias kantianas são os «módulos formais» de doze formas de juízos, isto é, de doze formas de ligação entre termos ou proposições.

Kant, porém, equacionou a sua perspectiva sintáctica do «ser» (e do ser meramente fenoménico, sublinhe-se), atendo-se apenas aos «esquemas lógicos» disponíveis no seu tempo. Hoje, depois do aparecimento da lógica das relações, da teoria dos conjuntos, das lógicas modais e, enfim, de diversos tipos de lógicas-matemáticas, temos ao nosso dispor um número muito maior de instrumentos de ligação entre termos, conjuntos ou proposições. Não vamos agora expor todos esses «esquemas lógicos» de síntese ou ligação, até porque dificilmente os poderíamos apresentar de modo exaustivo (ainda que aproximadamente...). Já atrás, no entanto, fizemos uso de alguns deles — de alguns jamais considerados por Kant. Por tudo isto, limitar-nos-emos a incidir sob os aspectos que consideramos de maior relevância no quadro liminar de uma sintaxe do «ser».

(46) *Crítica da razão pura*, ed. cit., p. 504: «Ser não é, evidentemente, um predicado real, isto é, um conceito de algo que possa acrescentar-se ao conceito de uma coisa: é apenas a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas. No uso lógico é simplesmente a cópula de um juízo. A proposição *Deus é omnipotente* contém dois conceitos que têm os seus objectos: Deus e omnipotência. A minúscula palavra é não é um predicado mais, mas tão-somente o que põe o predicado em relação com o sujeito.»

(47) *Id.*, p. 141.

(48) Cf. *id.*, pp. 103-113. Em rigor, é necessário acrescentar que a referida «dedução» foi sobredeterminada pela «lógica transcendental» kantiana (ver, a propósito, as significativas observações efectuadas nas pp. 104-108).

§12. Em primeiro lugar, importa determinar rigorosamente as diversas relações sintácticas que o verbo *ser* pode efectivar nas proposições simples.

Deve-se a Frege e a Russell a eliminação de alguns erros que quanto a esta matéria persistiram na tradição filosófica. Considerando que o verbo em apreço é essencialmente ambíguo, observaram que ele pode ter quatro «empregos» distintos, os quais corresponderão a diferentes «significações». As distinções que efectuaram são hoje globalmente aceites, constituindo a base da moderna lógica dos predicados.

Temos, enfim, as seguintes «significações»: 1) a «significação» de *existência* — quando a expressão em que entra o verbo é regida pelo «quantificador existencial»; 2) a «significação» de *identidade* — como em «a estrela da manhã é Vénus»; 3) a «significação» de *pertença* — como em «a estrela da manhã é um planeta»; 4) a «significação» de *inclusão* — como em «o homem é um mamífero»⁽⁴⁹⁾.

Jaakko Hintikka, pretensamente contra Frege e aqueles que aceitam as anteriores distinções, defende que elas não representam propriamente diferenças quanto à significação de «*ser*», mas sim diferenças quanto ao «*uso*», sendo a ambiguidade resolvida pelo contexto⁽⁵⁰⁾. Aceitamos que tais diferenças são sobretudo diferenças de uso, mas, além disso, entendemos que a elas não correspondem senão distintas formas de ligação. Estamos em presença, em suma, de quatro relações sintácticas primordiais. O verbo *ser* é em si mesmo uma espécie de «preposição» vazia — um simples sincategorema —

(49) Sobre estas distinções, ver Jean-Louis Gardies, *Esquisse d'une grammaire pure*, J. Vrin, Paris, 1975, p. 95. Cf. Frege, «Concept et objet» (1892), trad. Claude Imbert, in Frege, *Écrits logiques et philosophiques*, textos escolhidos e traduzidos por Claude Imbert, Seuil, Paris, 1971, pp. 127-141. Refira-se entretanto que no artigo indicado Frege não refere a distinção 1), e só implicitamente alude às distinções 3) e 4)—p. 136; p. 129, nota 1). Por outro lado, não fala em várias significações do verbo «*ser*» mas em vários «empregos»... Russell, por seu turno, em *The Principles of Mathematics*, ed. cit, parágr. 64, p. 64, fala indiscriminadamente de usos e significações («meanings»). De forma explícita, entretanto, refere o uso ou significação de «*existência*» (quando se afirma o «*being*» duma entidade), de predicação, de identidade, e de implicação formal (mas num sentido que engloba a «*inclusão*» entre classes). No escritos posteriores de Russell, nomeadamente nos *Principia Mathematica*, todas as distinções indicadas no texto são salvaguardadas. Do mesmo modo, também Frege as assumiu no conjunto dos seus escritos.

(50) Jaakko Hintikka, *The Game of Language*, ed. cit., pp. 161-200.

sendo no seu uso específico, ao coligar determinados termos, que se materializam aquelas relações sintácticas⁽⁵¹⁾.

Com efeito, tais relações adquirem a sua especificidade distintiva não apenas em função da natureza dos termos relacionados (como nos exemplos acima se evidencia), mas também em função dos quantificadores que a esses termos afectam («todos os...»; «alguns...»; «o...»)(⁵²). Se a tudo isto acrescentarmos o papel desempenhado pela «negação» (que pode afectar os próprios quantificadores ou algum dos termos relacionados), obtemos parte do organigrama da lógica dos predicados, seja de primeira ordem, seja de ordem n (⁵³).

É certo que podemos definir a identidade entre os indivíduos a e b pela pertença de a e b à mesma classe «única», ou a identidade entre as classes A e B pela inclusão recíproca de uma na outra(⁵⁴). A relação de inclusão entre classes pode também ser reduzida a uma relação de pertença dos respectivos elementos a essas classes(⁵⁵). Nem por isso, contudo, as relações originais deixam de ser relações distintas, pelo menos de um ponto de vista pragmático. Nem sequer se afigura correcto invocar a última possibilidade referida para defender que a relação de pertença é a fundamental; — a relação que hoje se alia à função propriamente «copulativa» do verbo ser(⁵⁶). Em absoluto não o é. Isto, que mais não seja, porque nem todas as relações desempenhadas pelo verbo ser se podem reduzir à função copulativa ou ao esquema sujeito-cópula-atributo.

§13. B. Russell, ao que sabemos, foi o primeiro a evidenciar este último facto, invocando, para o efeito, o caso das relações *assimétricas e transitivas* do tipo « A é maior do que B »(⁵⁷). Equacionou, em suma, a chamada teoria das «relações externas», como contraponto à teoria

(51) Cf. a propósito Frege, «Concept et objet», ed. cit., p. 129; p. 136.

(52) Cf. Frege, id., p. 133.

(53) Cf. J. F. Mora e H. Leblanc, *Logica matemática* (1955), Fondo de Cultura Económica, México, 5.ª ed., 1973, pp. 161 ss., nomeadamente p. 173.

(54) Trata-se de possibilidades hoje contempladas e explicadas em qualquer manual de Lógica. Mas veja-se, vg., JeanLouis Gardies, *op. cit.*, p. 101.

(55) Em acordo com a conhecida fórmula (que não podemos reproduzir simbolicamente): a classe A está incluída na classe $B =$ (por definição): para todo e qualquer x , se x pertence a A , então a x pertence a B .

(56) Para uma posição contrária à defendida no texto, ver Jean-Louis Gardies, *op. cit.*, p. 101.

(57) Cf. *The Principles of Mathematics*, ed. cit., parágrs. 212-16, 221-26, 425.

das «relações internas» a que se subordinaria o esquema acima referido. Denunciou a defesa da exclusividade destas últimas como sendo um «dogma» que conduziu às teorias da *Substância* e do *Absoluto*⁽⁵⁸⁾. Mais em particular, explorando a singularidade das primeiras (das relações externas), desmontou o *monismo* de Bradley e o *monadismo* de Leibniz⁽⁵⁹⁾.

É insofismavelmente bem fundada a teoria de Russell concernente às «relações externas». Assim sendo, temos de concluir que as quatro funções «significativas» acima discriminadas não exaurem todos os tipos de ligação efectuados pelo verbo ser. A essas formas de ligação é preciso acrescentar, e acrescentar como delas distintas (e também distintas entre si), mais umas tantas contempladas pela lógica moderna das relações⁽⁶⁰⁾. Em todas elas estamos ainda em presença de funções sintácticas desempenhadas pelo verbo ser. E em presença de funções que, vistas bem as coisas, geram distintos objectos discursivos sobre um mesmo e eventual «objecto dinâmico»⁽⁶¹⁾. Ou melhor: sobre o mesmo ou sobre vários.

Quando digo, por exemplo, que António é violinista, torno pregnante, sobre a entidade António, considerada como objecto «dinâmico», o «ser violinista de António» (que não se identifica «in toto» com o António). Quando digo que Maria é irmã de Joana, torno pregnante «o serem irmãs a Maria e a Joana». E de modo análogo quando digo que o sr. Joaquim é mais inteligente do que o sr. Francisco. Neste caso torno pregnante «o ser mais inteligente do Sr. Joaquim relativamente ao sr. Francisco».

Em todos estes casos, de forma notória, há uma entidade que eu individualizo com o meu dizer, uma entidade «construída» sobre uma ou várias entidades. Essa entidade, repito, não se identifica com

⁽⁵⁸⁾ Cf. *id.*, parágrs. 225-26.

⁽⁵⁹⁾ Cf. *id.*, parágrs. 212 e 425.

⁽⁶⁰⁾ Assim, e a título de exemplo, para além da relação de «pertença» (que é irreflexiva, assimétrica e intransitiva), e da relação de «inclusão» (que é reflexiva, não-simétrica e transitiva), temos relações irreflexivas, assimétricas e intransitivas (como «ser pai de»), e relações irreflexivas, simétricas e não-transitivas (nem transitivas nem intransitivas: como «ser distinto de»). Sobre o assunto, ver B. Russell, *The Principles of Mathematics*, ed. cit., parágrs. 27-30 (pp. 23-6), parágr. 208 (pp. 218-19); *Introduction a la philosophie mathématique* (1919), trad. G. Moreau, Payot, Paris, 1952, cap. V; J. F. Mora e H. Leblanc, *Logica matematica*, ed. cit., pp. 155-57]; R. Blanché, *Introduction à la logique contemporaine* (1968), Armand Colin, Paris, 5.^a ed., 1969, pp. 188-93.

⁽⁶¹⁾ Sobre a noção de «objecto dinâmico», ver atrás, nota 32.

estas (absolutamente). Além disso, é óbvio que o «ser» que aparece naqueles três exemplos está intimamente coligado a relações sintácticas diferentes. Basta observar que no segundo caso a relação é simétrica e não-transitiva (não é sempre ou necessariamente transitiva), enquanto no terceiro é assimétrica e transitiva. Os exemplos poderiam multiplicar-se. Não adianta. Importa é notar que, em última análise, *é através de ligações sintácticas distintas efectivadas pelo verbo ser que se «geram» entidades também elas distintas*. Os tipos sintácticos do verbo, em suma, implicam tipos semânticos (de denotação). Às vezes aquelas entidades têm algum fundamento «in re»: — noutras entidades que existem (no sentido *vulgar* do termo). Outras vezes têm um mero fundamento no puro «ser de...».

§14. Acontece entretanto que em idêntica situação se encontram outras estruturas sintácticas do «ser» até agora ainda não referidas. Pensamos naquelas que são performadas pelos chamados «conectores» proposicionais: pelo *e*, *ou*, *implica*, etc. Também eles, quando coligados a termos ou proposições, exprimem puras relações externas, e relações externas de espécies diferentes. É certo que, na sua codificação mais clássica, todos eles podem ser definidos, por exemplo, com base na «negação» e na «disjunção». Todavia, em nosso entender, embora tal expediente preserve a «verifuncionalidade», não preserva as relações pragmáticas originais, entendidas estas do ponto de vista da compreensão⁽⁶³⁾. Aliás, no conector «se... então», discernem hoje os lógicos várias formas de «implicação» entre si irredutíveis⁽⁶⁴⁾.

Dir-se-á que nem em todas as expressões «conectadas» é visível a aparência do verbo ser. Consideremos um exemplo em que isso sucede: «*se hoje chove, então o António vai à missa*». É óbvio, porém,

⁽⁶³⁾ Sobre essa possibilidade, ver, v.g., J. F. Mora e H. Leblanc, *Logica matematica*, ed. cit., p. 53.

⁽⁶⁴⁾ Admitimos que esta posição é acentuadamente polémica. Não podemos agora dilucidá-la como mereceria. De qualquer modo, o ponto de vista defendido não é essencial para os objectivos do presente Ensaio.

⁽⁶⁴⁾ Temos, com efeito, a «implicação material», a «implicação estrita» (de Lewis e Langford) — estas sobejamente conhecidas —, o «condicional indicativo» (vg.: «se João tem malária, então necessita de quinina»), o «condicional subjuntivo» (vg.: «se César fosse o comandante, teria usado a bomba atómica») — ambos distinguidos por Quine —, e, finalmente, a «implicação forte» (*pure entailment*), delimitada por Andersen e Belnap. Sobre o assunto, e respectiva bibliografia, pode ver-se Adélio Melo, *Categorias e objectos*, Porto, 1988, Tomo 1, pp. 471-73.

que nesta proposição está «suposto» que *há* o ir de António à missa. Esse «ir... » é alguma coisa. Além disso, o António *é*, a missa *é*, o chover *é*. Em última análise, aliás, há o «é» do «se...então». Mais genericamente: há o *é* do «e», do «ou», etc. Em resumo: se não incidisse sobre um domínio «subjacente» de entidades que são..., nenhum sentido teria a lógica dos conectores proposicionais. Sem isso, estes não poderiam «gerar» entidades ou novas entidades também elas dotadas de ser. E não poderiam fazê-lo de distintas formas se cada um deles não fosse, se cada um deles, além disso, não tivesse um «modo de ser» peculiar.

§15. Ainda não exaurimos, entretanto, as principais funções sintácticas do verbo ser. Há também aquelas que estão coligadas às chamadas *noções modais*: o possível, o impossível, o contingente, o necessário, e mesmo, segundo Kant, a existência e a inexistência⁽⁶⁵⁾.

Todas estas noções, cada qual à sua maneira, exprimem graus de conexão entre proposições ou entidades, factos ou acontecimentos, bem como distintos modos de ser em quadros espaço-temporais. Por exemplo: segundo as modernas lógicas modais, *é necessário* o que persiste da mesma maneira em todos os «mundos possíveis» (=estados de coisas possíveis), ou o que é válido para todos esses mundos. Já o *possível* é aquilo que pode ocorrer pelo menos num «mundo possível» ou o que nesse mesmo mundo pode ser válido⁽⁶⁶⁾. Não é nosso propósito, como é óbvio, desenvolver minimamente a lógica, aliás complexa, daquelas noções modais⁽⁶⁷⁾. Para o nosso

⁽⁶⁵⁾ Cf. Kant, *Crítica da razão pura*, ed. cit., p. 111. Sublinhe-se que no texto apenas nos referimos às modalidades em sentido mais clássico. Há ainda outros tipos de modalidades como, por exemplo, as «epistémicas» (é sabido que; não se sabe se;...) e «deonticas» (é permitido; é obrigatório;...).

⁽⁶⁶⁾ Cf., v.g., Saul A. Kripke, «Semantical Considerations on Modal Logic» (1963), in *Reference and Modality* (Ed. by L. Linsky), Oxford University Press, Oxford, 2.^a ed., 1973, pp. 63-72. Para uma visão sucinta e global da lógica das noções modais, ver Maria de Fátima Favarrico Pimenta de Oliveira, *Para uma semântica e pragmática de Dever e Poder*, Porto, 1988, p. 3 ss.

⁽⁶⁷⁾ Com efeito, elas têm vários sentidos e implicações no quadro de diferentes tipos de sistemas modais. Para uma visão de conjunto deste assunto, ver G. E. Hughes e M. J. Cresswell, *An Introduction to Modal Logic*, Methuen and Co Ltd, London, 1968; tb. Jean-Louis Gardies, *Essai sur la logique des modalités*, PUF, 1979. De referência obrigatória, entretanto, é ainda C. I. Lewis e C. H. Langford, *Symbolic Logic* (1932), Dover Publications, N. York, 2.^a ed., 1959.

presente objectivo basta observar o seguinte: 1) elas mesmas, à excepção da existência e inexistência, obedecem a um quadro de relações sintácticas bem definido; — ao chamado quadrado clássico das oposições⁽⁶⁸⁾; 2) são de tal maneira noções de ordem sintáctica que Kant pôde manter que elas nada acrescentam à representação já dada de certo objecto, limitando-se a exprimir a relação dessa representação a esta ou àquela faculdade do sujeito (sensibilidade, entendimento, razão⁽⁶⁹⁾); 3) a todas elas se coliga imediatamente o verbo ser, mesmo quando se apresentam sob a forma adverbial⁽⁷⁰⁾; 4) podem ser aplicadas a todo e qualquer termo, relação ou proposição (a qualquer entidade que seja, em suma), pelo que não será descabido considerá-las como representando a meta-estrutura sintáctica de todos os esquemas sintácticos de «ser».

§16. Depois desta breve alusão às relações modais, temos enfim as principais funções sintácticas desempenhadas pelo verbo ser, pelo menos de um ponto de vista lógico (o único aqui considerado). Com efeito, se àquelas agregarmos as quatro inicialmente referidas nesta Secção, as desempenhadas pelas relações propriamente ditas e pelos conectores proposicionais, basta incluir neste conjunto a «negação» e os quantificadores universal e particular para obtermos a base de todos os esquemas formais usados em lógica, e muito em particular na lógica dos predicados de qualquer ordem. Este tipo de lógica, com efeito, combina as relações interproposicionais (aduzidas pelos conectores) com as relações intraproposicionais (pertença, inclusão, nomeadamente)⁽⁷¹⁾, e é mesmo capaz de dar conta, praticamente, de todas as conexões existentes entre classes⁽⁷²⁾. De certo modo é o tipo de lógica mais abarcante, devido ao papel peculiar que nela desempenham as chamadas «funções proposicionais»⁽⁷³⁾. Em suma:

⁽⁶⁸⁾ Cf., v.g., Jean-Louis Gardies, *Essai sur la logique des modalités*, ed. cit., p. 20.

⁽⁶⁹⁾ Cf. Kant, *Crítica da razão pura*, ed. cit., p. 107; pp. 238-43.

⁽⁷⁰⁾ Cf. Jean-Blaise Grize, «Lógica», trad. Filipe Araújo, in *Logica e conhecimento científico* (sob direcção de Jean Piaget), vol. 1(1967), Livraria Civilização, Porto, 1980, pp. 115-435, p. 207.

⁽⁷¹⁾ Cf. Jean-Blaise Grize, «Lógica», ed. cit., p. 181.

⁽⁷²⁾ Por exemplo: as três operações fundamentais da álgebra de Boole incidentes sobre classes (soma, reunião, complemento), são definíveis com a ajuda dos quantificadores, da relação «pertença» e dos conectores proposicionais. Cf. Jean-Blaise Grize, «Lógica», ed. cit., p. 204; F. Mora e H. Leblanc, *Logica matematica*, ed. cit., p. 125-129.

⁽⁷³⁾ Cf. Augusto Franco de Oliveira, *Lógica aritmética*, Gradiva, Lisboa, 1971, p. 16; p. 18.

praticamente todas as relações sintáticas de «ser» podem ser expressas na linguagem das funções proposicionais⁽⁷⁴⁾.

Essa possibilidade foi explorada nomeadamente por B. Russell, nos *Principia Mathematica*, ao adoptar a chamada «no-class-theory». Somente para certos fins muito específicos entenda Russell ser necessário recort ao simbolismo próprio das classes; salvo algumas excepções, por conseguinte, a linguagem das funções proposicionais era tida como hegemónica, e portanto capaz de dar conta das principais conexões lógico-sintáticas explícita ou implicitamente performadas pelo verbo ser⁽⁷⁵⁾.

Vale a pena determo-nos um pouco nesta perspectiva, quer para recuperarmos a nova luz algumas «posições» já anteriormente defendidas, quer para afluir a uma conclusão um tanto surpreendente a propósito da sintaxe do «ser».

Se é certo que na linguagem das funções proposicionais se podem traduzir praticamente todas as formas de conexão sintática, para que essa tradução não se materialize em expressões sem-sentido, e para que se evitem certos paradoxos, a relação entre funções e argumentos tem de obedecer a uma forma de legalidade muito peculiar. Se as funções, em geral, não podem ter argumentos de qualquer espécie (até porque também as funções podem ocorrer como argumentos de funções), também os argumentos (ou as entidades que são) não são passíveis de funções de qualquer

(74) Ver, a propósito, Jean-Louis Gardies, *Esquisse d'une grammaire pure*, ed. cit., p. 103. Refira-se que uma função proposicional é uma expressão com uma ou mais variáveis, podendo estas receber diversos valores sob a cláusula de que a função preserve o seu sentido (cf. v.g., B. Russell, *Histoire de mes idées philosophiques*, ed. cit., p. 101). Assim, distingue-se numa função proposicional entre «argumentos» e «função» propriamente dita, sendo esta a parte invariante da expressão, e aqueles a parte variável (cf. Frege, «Begriffsschrift a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought» (1879), trad. S. BauerMengelberg, in *From Frege to Godel* (Ed. by J. van Heijenoort), ed. cit. (pp. 1-82), pp. 22-3)). É de sublinhar que uma função proposicional só se volve numa «proposição» quando à sua variável (ou variáveis) se confere um valor preciso (cf., v.g., B. Russell e A. N. Whitehead, *Principia Mathematica*, vol. I, ed. cit., p. 14).

(75) Cf. *Principia mathematica*, ed. cit., p. 71 e pp. 187 ss.: uma classe consiste no conjunto de todos os termos que satisfazem dada função proposicional, e portanto qualquer função proposicional determina uma classe. Para os casos em que será necessário recorrer ao simbolismo das classes, embora Russell não as assuma como entidades (e daí a «no-class-theory»), ver id., p. 186 ss. Para uma posição análoga à de Russell, ver Quine, *Methods of Logic* (1952), Routledge and Kegan Paul, London and Henley (reimpress. da 3.ª ed.: 1974), 1978, pp. 235 ss.; p. 237: para alguns aspectos da teoria das classes irredutíveis à lógica dos predicados ou das funções proposicionais.

natureza. B. Russell «regulou» toda esta matéria no quadro da sua *teoria lógica dos tipos* (simples e ramificada). Esta teoria, acima de tudo, visa salvaguardar o princípio do círculo vicioso, mas também, como já sugerimos, visa evitar a geração de expressões ou frases sem-sentido.

Assim, segundo Russell, os argumentos das funções em geral dividem-se numa série virtualmente infinita de *tipos lógicos*, segundo uma hierarquia crescente: o tipo dos individuais, das classes de individuais, das classes de classes de individuais, etc.⁽⁷⁶⁾. Além disso, as funções de que dado argumento ou entidade é passível, serão ramificadas numa hierarquia de *ordens* (funções de primeira ordem, de segunda ordem, etc.), de modo a abjurar a ocorrência, precisamente, do círculo vicioso⁽⁷⁷⁾.

Para tal, o esquema geral da relação entre argumentos e funções, considerada a lógica dos tipos e das ordens, deve obedecer ao módulo $n - n + 1$ (se o argumento é de ordem ou tipo n , a função deverá ser de $n + 1$), impermitindo-se assim, nomeadamente, que a relação de «pertença» tenha um carácter auto-reflexivo⁽⁷⁸⁾. Outros filósofos, que também privilegiam a forma de linguagem das funções proposicionais, abandonaram ou não aceitam a complexa orgânica russelliana das ordens e tipos. Todos eles, porém, estão de acordo quanto a um ponto: uma fórmula em que se exprima uma relação de pertença tem de ser «estratificada», isto é, não pode ser auto-reflexiva⁽⁷⁹⁾. Uma função, mais genericamente, não pode ser argumento de si própria⁽⁸⁰⁾. Esta, em suma, deve considerar-se como a regra-mor no quadro da sintaxe de «ser». Sob pena de, não a respeitando, incorreremos em paradoxos ou formularmos expressões sem-sentido.

⁽⁷⁶⁾ É de sublinhar no entanto, uma vez mais, que para o B. Russell da fase dos *Principia Mathematica*, as classes não têm um estatuto realista: — são apenas uma maneira de falar, «simplesmente uma comodidade de linguagem» (*Histoire de mes idées...*, ed. cit., p. 101). Cf. tb. *Principia mathematica*, ed. cit., p. 72: as classes não são «genuínos objectos», ao contrário dos «seus membros», se acaso estes forem «individuais».

⁽⁷⁷⁾ Cf. *Principia Mathematica*, ed. cit., p. 48.; tb. B. Russell, *My Philosophical Development* (1957), Unwin Paperbacks, London-Boston-Sydney, 1985, p. 93.

⁽⁷⁸⁾ Cf. *Principia Mathematica*, ed. cit., p. 53, pp. 51-2.

⁽⁷⁹⁾ Ver, v.g., Quine, «New Foundations for Mathematical Logic» (1937), in *From a Logical Point of View*, ed. cit., pp. 80-101, p. 92. Pode ver-se um esclarecedor resumo da posição de Quine em Paul Gochet, *Quine en perspective*, Flammarion, Paris, 1978, pp. 125 ss.

⁽⁸⁰⁾ Ver Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), trad. M. S. Lourenço, F. C. G., Lx, 1987, props. 3.332 e 3.333.

§17. É agora o momento de recuperar certas «posições» a que atrás aludimos, e de afluir à surpreendente conclusão então anunciada (surpreendente, anote-se, em face dos vectores teóricos que vimos desenvolvendo).

Apesar da regra acima referida, e por imperioso que seja para uma sintaxe estritamente lógica evitar os paradoxos ou as expressões sem-sentido, também os paradoxos e as expressões sem sentido *são* alguma coisa: — umas e outros têm ser. A semântica do «ser», assim, sobreleva-se até certo ponto a uma sintaxe puramente «logicista».

Insistimos neste aspecto porque o consideramos de extrema relevância no quadro basilar duma teoria ontológica. Têm ser tanto as entidades aparentemente «alógicas», como as expressões sintacticamente incorrectas de um ponto de vista lógico ou mesmo gramatical. Que mais não seja, porque são dotadas de uma utilidade não dispicienda. Podem servir, entre outras coisas, como exemplos de incorrecção ou como motivos para a construção de teorias destinadas a evitar aquilo que, em função de uma certa óptica, se considere nocivo. O caso dos paradoxos lógicos e semânticos é disso uma boa ilustração⁽⁸¹⁾. Foi por via deles, e com base neles, que se procedeu ao refinamento de parte da lógica moderna⁽⁸²⁾.

Assim, ao mesmo tempo que deve subordinar-se a uma lógica de proposições significativas (no sentido *vulgar* da expressão), uma sintaxe do «ser», pelo menos de um ponto de vista pragmático, pode também subordinar-se a uma «lógica» (que pode ser ilógica ou alógica) de simples enunciados — no sentido que a este termo

⁽⁸¹⁾ Deve-se a Frank P. Ramsey a distinção entre paradoxos lógicos e semânticos. Os primeiros, que ocorrem em *Lógica e Matemática*, envolvem termos como «classe» e «número» (caso, v.g., do paradoxo de Russell acerca da classe de todas as classes...; caso do paradoxo de Burali Forti respeitante ao maior ordinal). Os segundos não envolvem termos formais mas empíricos, contendo uma referência ao pensamento, à linguagem ou simbolismo (como o paradoxo acerca do adjetivo «heterológico»). Cf. Ramsey, «The Foundations of Mathematics» (1925), in Ramsey, *The Foundations of Mathematics and other Logical Essays* (Ed. by R. B. Braithwaite), Kegan Paul, Trench Trubner e C.^a Ltd, London / / Harcourt Brace and Company, N. York, 1931 (pp. 1-61), pp. 20-1.

⁽⁸²⁾ Quine generaliza mesmo, dizendo que, várias vezes na história, a descoberta de paradoxosolveu-se numa ocasião soberana para uma decisiva «reconstrução» dos «fundamentos do pensamento.» (Quine, «The way of paradox» (1961), in *The Ways of Paradox and Other Essays* (1966), Harvard University Press, Cambridge, Mass. and London, Ed. revista e ampliada, 1976, pp. 1-18; p. 1)).

confere Michel Foucault⁽⁸³⁾. Donde: de um ponto de vista ontológico puro, o «Ser» afinal carece de unívoca ou absoluta sintaxe. Não só porque qualquer sintaxe (no sentido *vulgar* do termo) está inevitavelmente associada a um círculo de cariz mais ou menos logocêntrico e etnocêntrico⁽⁸⁴⁾. Também porque não existe nenhuma sintaxe (ainda no sentido *vulgar* do termo) que recubra todas as entidades que *são*. O «Ser», em suma, não é a condição condicionada ou condicionante de uma única forma de sintaxe. É antes a condição condicionada e condicionante de todas as formas de «sintaxe» possíveis ou cogitáveis. De todas os esquemas, por mais incríveis, abnóxios ou delirantes, de ligação ou conexão. Todos eles, em última análise, geram entidades que são.

§18. Concluimos portanto, aparentemente contra a perspectiva inicial da presente Secção, que há entidades ou dimensões de «Ser» que escapam a qualquer sintaxe logicista ou mesmo gramatical (na acepção vulgar e «normativa» do termo). Nada disso, porém, repugna ao *sensu tolerante* da filosofia. É que este, entre outras coisas, tem de admitir como experiências permissíveis experiências de tipo místico, e tem de constar que existem experiências alógicas, patológicas, não ordinárias, não codificáveis, mesmo não exprimíveis. Repetimos que a todas elas correspondem entidades ou instâncias com ser.

Adoptemos portanto o princípio da tolerância ontológica. Apesar de tal adopção, não podemos é confundir, como já atrás insistimos, entre várias ordens de entidades com ser. Se acaso confundirmos, mover-nos-emos num universo ontológico anárquico. Sonegaremos

⁽⁸³⁾ Segundo este filósofo, os enunciados, que se distinguem das frases e das proposições, não são individualizáveis através de modelos lógicos ou gramaticais, através duma análise formal, duma investigação semfintica, ou segundo critérios verificacionistas. Assim, por exemplo, «A montanha de ouro existe na Califórnia» é um enunciado, como o é a sequência de letras «AZERT», bem como a frase aparentemente sem sentido «Incolores ideias verdes dormem furiosamente». A cada enunciado, além disso, está sempre associado um «objecto» particular, sendo o próprio enunciado um «objecto» susceptível de múltiplos procedimentos pragmáticos. Cf. Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*, Gallimard, Paris, 1969, pp. 105-138.

⁽⁸⁴⁾ Veja-se, v.g., o que diz Ch. S. Peirce (*C.P.*, 4.48): «Que a análise da proposição em sujeito e predicado representa de um modo tolerável a maneira como nós, arianos, pensamos, é certo; mas *nego* que esta seja a única maneira de pensar. Não é sequer a mais clara nem a mais eficaz».

aquilo que não devemos sonegar: — que o domínio do «ser» é um domínio heterogéneo, multidimensional, aberto e virtualmente infinito. Nesse domínio é que nós podemos construir a nossa própria «morada». Não de qualquer maneira, mas, dentro de certos limites, praticamente de inúmeras maneiras possíveis.

Acedemos assim, finalmente, à faceta pragmática do «Ser».

V – PRAGMÁTICA DO «SER»

§19. Há *acções* e *paixões* entre nós e aquilo que é (e entre nós e nós mesmos, naturalmente). Traduzimos isto dizendo que qualquer entidade pode tornar-se num objecto dos nossos *agires*, *sentires* e *pensares*⁽⁸⁵⁾. Estes são os modos fundamentais de nos relacionarmos com aquilo que é — os modos fundamentais da pragmatização do «Ser». Dessa pragmatização já bastante dissemos, ora explícita ora implicitamente, ao longo das Secções anteriores. Pouco nos resta agora acrescentar. Apenas umas tantas observações mais compreensivas e tendencialmente sistemáticas.

Vincámos atrás que não podemos relacionar-nos pragmaticamente com o domínio de *tudo aquilo que é*. Temos de *fraccionar* ou *limitar* esse domínio. Ora é isso mesmo que fazemos, queirámo-lo ou não, através de qualquer agir, sentir ou pensar. Fazemos isso, desde logo, quando simplesmente incidimos sobre um objecto.

Como nos indica Peirce com a sua definição de signo, um signo representa sem dúvida um objecto (está em vez dele), mas não o representa sob todos os seus aspectos — apenas sobre um aspecto específico e determinado⁽⁸⁶⁾. Ora, nesta acepção, qualquer agir ou sentir ou pensar é um signo (ainda que complexo). Ou então: essas acções ou paixões não se exercem senão à custa de signos. Donde: se mesmo a pragmatização de *um* objecto singular implica a fraccionação ou limitação desse objecto, por maioria de razão essa fenomenologia se manifesta na pragmatização incidente sobre o vastíssimo domínio do «Ser». Toda a pragmatização, com efeito, redundará necessariamente na limitação de um todo de maior ou

⁽⁸⁵⁾ Toma-se aqui o termo «pensar» em sentido amplo. «Conhecer», assim, será um dos modos de pensar. Meditar, conjecturar, crer, criticar, etc., serão ainda formas de pensar.

⁽⁸⁶⁾ Ch. S. Peirce, *C. P.*, 2.228.

menor amplitude. Spinoza implicitamente o sugeriu com a sua máxima: *toda a determinação à negação*⁽⁸⁷⁾. Poderá também dizer-se: sem a prévia limitação na ordem de um todo, carece de eficácia qualquer tipo de pragmatização. Só assim se pode proceder, por exemplo, à construção de uma Teoria ou «sistema físico»⁽⁸⁸⁾.

Tal limitação, entretanto, processa-se mais basilamente através da indispensável adopção de paradigmas transcendentais. Isto é: através da adopção de uma Lógica específica (que poder ser «alógica», como já vincámos); de certos atributos e princípios que «constituem» um dado sector ontológico ou permitem «individualizar» as entidades desse sector; através da adopção de certas palavras-chave; através da adopção de uma parcela do «capital de cultura» disponível; através, inclusive, da «interiorização» de algumas vertentes das circunstâncias materiais em que nos situamos.

São estes factores, genericamente, que definem um paradigma transcendental⁽⁸⁹⁾. E são eles que, uma vez especificados, sobre determinam todos os nossos agires, sentires e pensares. Mas não de uma maneira única. Não há um paradigma único e exclusivo a que obedeçam todos os agires de todas as pessoas, outro a que obedeçam todos os sentires de todas as pessoas, outro a que obedeçam todos os pensares de todas as pessoas. Para cada um desses três modos de pragmatização do «Ser» há com efeito inúmeros paradigmas transcendentais, actuais e possíveis. Além disso, acerca de nenhum

⁽⁸⁷⁾ Carta de 2 Jun. de 1674 a Jarig Jelles, in *Spinoza - Oeuvres 4* («Traité Politique»; «Lettres»), trad. Ch. Appuhn, Garnier-Flammarion, Paris, 1966, Carta L, pp. 283-4.

⁽⁸⁸⁾ Cf. Francis Halbwachs, «Causalité linéaire et causalité circulaire en physique», in A.A.V.V., *Les théories de la causalité*, PUF, Paris, pp. 39-111. O autor explica como um «sistema físico» é sempre um conjunto de objectos ou grandezas que se *isola* pelo pensamento do resto do mundo físico (p. 42), e vinca que, num sistema *x* em particular, se tem em conta apenas um número limitado de variáveis independentes (p. 43). Em acréscimo, diz-nos ele que recorrer numa teoria física, v.g., a um tipo de causalidade simples (linear) para explicar o domínio de realidade recoberto por essa teoria, redundaria inevitavelmente numa explicação parcial dessa mesma realidade, fornecendo-nos todavia um critério «para ordenar parcialmente o caos.» (p. 72).

⁽⁸⁹⁾ Nesta delimitação de «paradigma transcendental» incluímos aspectos que caracterizam um «paradigma categorial» na acepção de Stephan Körner, e aspectos envolvidos pelas noções de «arquivo» e «a priori histórico» de Michel Foucault. Cf. S. Körner, *Categorial Frameworks*, Basil Blackwell, Oxford, 1970, p. 10; *Metaphysics: its Structure and Function*, Cambridge University Press, Cambridge, London et alia, 1984, p. 18. M. Foucault, *L'archéologie du savoir*, ed. cit., pp. 166-173.

destes se pode asseverar ou demonstrar que é o único, o sem alternativa, que é o melhor⁽⁹⁰⁾.

§20. Temos portanto, de facto e de direito, uma multiplicidade de paradigmas que diferenciam os modos de ser específicos dos agires, dos sentires e dos pensares em geral. É por via disso que qualquer *x* que *seja*, actual ou potencialmente, é submetido a uma múltipla gama de perspetivações. Ele próprio age sobre as pessoas de modos muito diversos e por vezes até incomensuráveis. Por isso é que é extraordinariamente labiríntica e não universalmente codificável toda a lógica das nossas acções, dos nossos pensamentos e das nossas paixões. Ela não radica num «Sujeito puro» ou «Consciência transcendental»⁽⁹¹⁾, não radica em nenhuma instância «monista» nem aponta para qualquer fim unitariamente teleológico.

Aquela lógica, com efeito, ao mesmo tempo que é sobre-determinada por múltiplos e distintos paradigmas transcendentais, está sempre coligada a *interesses* ou *estratégias* não redutíveis à figura do «idêntico» (pelo menos inteiramente). Através dela, nestas condições, não só se escande cada objecto numa diversidade de perspectivas irreduzíveis «ad unum», como também (e por maioria de razão) o domínio dos objectos em geral — o domínio do «Ser» em geral. Ela tanto impossibilita o conhecimento de tudo ou de partes de tudo numa forma pura e homogénea, como impossibilita a pragmatização universalmente uniforme de qualquer entidade. Tanto dificulta que se determine um código do «dever ser» com validade universal, como impossibilita que se institua uma «maneira de ser» existencial e concreta por todos reconhecida e aceite como válida ou pertinente.

Assim é, pelo menos actual e factualmente. Que algum dia tal «situação» se possa modificar, isso só o poderia dizer um «espírito» dotado de atributos «divinatórios». Nós outros, mais prosaicamente humanos, não temos condições ou critério para o poder afirmar.

⁽⁹⁰⁾ É essa a tese de S. Körner a propósito dos «paradigmas categoriais», a qual assumimos e, por razões óbvias, estendemos aos «paradigmas transcendentais». Sobre a tese de Körner, ver *Fundamental Questions of Philosophy* (1969), The Harvester Press, Sussex, Humanities Press, New Jersey, 4.ª ed., 1979, p. 215 e p. 219; *Metaphysics: its Structure and Function*, ed. cit., pp. 183 ss.

⁽⁹¹⁾ Revela-se não pertinente um dos pressupostos básicos do «paradigma da consciência» em Ontologia. Não existe um «Sujeito» universal, puro e descontaminado historicamente, seja dos modos de conhecer, seja dos modos de agir e de sentir.

Qualquer espécie de «monismo», por conseguinte — seja «a parte ante», seja «a parte post» —, carece de «fundamento». Na posição de finitude e incontornável limitação em que pragmaticamente nos encontramos face ao domínio do «Ser» em geral, não podemos pelo menos asserir a sua existência.

Em resumo: não se pode pressupor que os homens, agindo pragmaticamente (expressão afinal tautológica!), laboram todos a partir da mesma quadrícula «topo-lógica», laboram todos a partir de um único «ponto central» (ou como tal identificável cognitivamente). Não se pode asseverar que os homens, agindo pragmaticamente, podem reduzir a multiplicidade de perspectivas ontológicas a uma só e única perspectiva. Não se pode asseverar, sequer, que é possível determinar consensualmente, de forma universalista (e ainda que a longo prazo...), o que é aquilo que é, ou aquilo que pode ou deve ser⁽⁹²⁾.

§21. Entretanto, é no quadro global que temos vindo a delinear que tem lugar a contrução das nossas próprias «moradas ontológicas»; — os «lugares» onde se especificam e desenvolvem todos os nossos agires, sentires e pensares.

Ao limitarmos o domínio do «Ser» e ao seleccionarmos elementos de algumas dimensões desse domínio, instituímos uma «ordem» sobre algo que para nós, previamente, era de natureza caótica ou desordenada. Instituímos, enfim, um «horizonte» de habitabilidade no mundo. E se o fazemos cingindo-nos sempre, «fatalmente», a sectores limitados daquilo que é, fazemo-lo também tanscendendo o estado «fáctico» das entidades desses sectores.

Esta transcendentalização, como já noutra Secção sugerimos, tanto pode consistir em subdividir um objecto molar em inúmeros micro-objectos desse objecto, como em tomar tal objecto, congregá-lo a outros, e a partir daí proceder a operações de potenciação combinatoria. Tanto se efectiva «desocultando» um qualquer sector ontológico (através de procedimentos cognitivos, vg.), como instituindo uma qualquer «ordem» de «dever-ser». Tanto ocorre quando no nosso corpo ou no nosso «espírito» colhemos fluxos provindos do «outro», como quando no espaço do «outro» fazemos incidir a

⁽⁹²⁾ Contra teses defendidas por Ch. S. Peirce e, mais recentemente por Karl-Otto Apel. Ver Peirce, *C. P.*, 2.654, 5.354 ss., 5.407, 5.565. Para a perspectiva «teleológica» de Apel, ver bibliografia indicada na nota 13 da «Introdução».

corrente dos «sentimentos» ou «haveres» que nos são próprios. Além disso, e em geral, ela tanto se processa a partir de objectos existentes, como a partir de objectos ainda não existentes; — mas que «projectamos» idealmente para definirmos um «lugar» próprio de «ser» e «poder ser» (uma «morada ontológica», precisamente).

É isso que genericamente fazemos através dos nossos sentires, agires e pensares. Construimos «ordens» sobre elementos previamente amorfos (ou fenomenicamente desordenados) e a essas «ordens» convertemos na «nossa ordem». Num regime, porém, de constante mutação (ainda que lenta ou subtil), e segundo uma «lógica» tanto individual como de grupo.

Essa «lógica», entretanto (nunca é demais repeti-lo), está sempre incluída em paradigmas transcendentais peculiares e subordinada aos interesses e estratégias que perseguimos. Através de uns e de outras, nomeadamente, distinguimos o que tomamos por essencial ou não essencial, relevante ou irrelevante, útil ou inútil, assim como os vários estados intermediários que tais oposições comportam.

A determinação de tais oposições é sem dúvida uma condição incontornável para que se possa construir uma «morada ontológica». No entanto, por um lado, tal determinação é efectuada numa situação insuperavelmente limitada de conhecimento — e a não ser assim as referidas oposições nem sequer teriam sentido⁽⁹³⁾ —; por outro lado, é efectuada sempre de modos globalmente diversos, não coincidentes, na maioria dos casos inultrapassavelmente divergentes⁽⁹⁴⁾. E isto, sublinhe-se mais uma vez, porque as distinções referidas (ou outras análogas), são fenomenicamente condicionadas por distintos paradigmas transcendentais que se adoptam, e por diferentes estratégias e interesses que se perseguem («práticos», cognitivos ou «sentimentais»).

⁽⁹³⁾ Como observa certamente Heinrich Rickert, para um espírito omnividente, para um espírito capaz de inteligir tudo aquilo que é ou que ocorre no universo, «tudo seria igualmente essencial ou inessencial» (*Teoría de la definición* (1888), trad. Luis Villoro, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1960, p. 41)).

⁽⁹⁴⁾ Invocamos ainda parcialmente a posição de Heinrich Rickert, op. cit., pp. 42-50. Diz-nos ele que a distinção entre o essencial e o não essencial tem de ser feita para que possa ter lugar, por exemplo, uma actividade de tipo científico. Vinca porém que é feita de modos diferentes no quadro de diferentes ciências. Em consonância, precisamente, com os métodos e objectivos teóricos de cada uma delas. Como se poderá notar, no texto apenas ampliamos e generalizamos esta perspectiva de Rickert.

Assim, as nossas «moradas ontológicas», sendo de carácter mutável e flutuante, são também de dimensão incontornavelmente finita (limitada e limitante). São ainda de natureza «díspar e múltiplice; — são entre si irreduzíveis (em geral, ou a toda a extensão).

Em resumo. Tendo em conta todo o conjunto de «teses» ou de considerações até agora equacionadas, podemos concluir o seguinte:

— Não existe nenhum especioso instrumento «especulativo» ou pragmático que nos possibilite aceder totalmente a *uma* presumível *ordem* do «Ser-em-si-mesmo» ou a qualquer sector dela⁽⁹⁵⁾

— A partir de nenhuma «morada ontológica» se pode pretender ter instituído (de direito, universalmente, ou «in aeternum») a presumível *ordem* do «Dever-ser-em-si-mesmo».

— Não existe algo a que possamos chamar *A Morada Ontológica*.

— Não temos condições para poder afirmar que, dia algum, todos os homens se encontrarão reunidos numa mesma «morada ontológica».

— Mais radical e compreensivamente: nunca qualquer «morada ontológica» poderá ou poderia ocupar inteiramente o domínio universal do «Ser», com ele se identificando.

§22. Mantém-se pois que, sendo diversificados os paradigmas transcendentais que presidem à pragmatização do «Ser», sendo inúmeras e até por vezes inconciliáveis as estratégias dos homens, através dos agires, dos sentires e dos pensares em geral submete-se o domínio do «Ser» a uma multiplicidade de «ordens» irreduzíveis ou impermutáveis (na sua totalidade, pelo menos). Desordenam-se ordens e ordenam-se desordens. Incessantemente. Esta fenomenologia múltiplice e labiríntica, em última análise, percorre de uma ponta a outra toda a nossa conversão do «Ser» em «moradas onto-

⁽⁹⁵⁾ Revelam-se assim, inclusive, insustentáveis teoricamente alguns dos pressupostos defendidos por filósofos incluídos no agora chamado «paradigma da linguagem» em Ontologia. Veja-se, por exemplo, B. Russell: «...creio sinceramente que, graças, em parte, ao estudo da sintaxe, podemos atingir uma soma apreciável de conhecimentos relativos à estrutura do mundo.» (*Signification et vérité* (1940), trad. Philippe Devaux, Flammarion, Paris, p. 375). Ou Donald Davidson: «Partilhar uma língua, no sentido requerido para a comunicação, é partilhar também uma imagem do mundo que deve ser verdadeira nas suas grandes linhas. Tornando manifestas as principais 'características' da língua, esclarecemos as principais 'características' da realidade» («La méthode de vérité en Métaphysique», *Revue de Métaph. et de Moral.*, Abr.-Jun. 1979, A. Collin, Paris, pp. 209-224, p. 209).

lógicas». E também assim se expande o domínio que a palavra «ser» denota. Também assim, em função do enredo plurívoco das nossas acções e paixões, o domínio do «Ser» se distende na direcção de um infinito todavia jamais «infinetizado».

Com efeito, todas essas acções e paixões visam um certo ideal de *absoluta completude*⁽⁹⁶⁾. Jamais, porém, elas atingem um estado de saturação ou de insuperável inteireza. Jamais afluem a um tal estado, seja os agires, sentires e pensares dos homens em geral, seja os agires, sentires e pensares de cada homem em particular. Por isso «Ser» está sempre disponível para novas pragmatizações. Por isso nunca o podemos considerar como algo totalmente *actualizado*. Por isso, em suma, subsiste sempre o *domínio transcendente do «Ser»*, o domínio que sempre se vai gerando ou recompondo como consequência de toda e qualquer pragmatização.

Esta última perspectiva referente ao «Ser» já em Secção anterior havia sido delineada. Consideramo-la óbvia por si mesma. Se não «existisse» aquele domínio transcendente careceriam de sentido, ou mais radicalmente, nem sequer teriam cabimento, todos os nossos agires, sentires e pensares. Não haveria espaço para qualquer acto de pragmatização do «Ser».

Porque existe aquele domínio, um domínio nunca inteiramente domável, um domínio sempre a menos e a mais relativamente a todo o tipo de pragmatização, «existe» o inatingível, o enigmático, o misterioso. Perante ele, alguns, como Wittgenstein, embora imbuídos de um certo espírito «cientificista», não deixaram de valorizar a *dimensão mística*, o lato espaço do *inexprimível*⁽⁹⁷⁾. Outros, perante aquele domínio, invocaram uma supra-entidade com o nome de Deus. Outros, mais simplesmente, encararam-no como uma Dimensão «vazia» mas perenemente «subsistente» perante todos os desígnios e objectivos humanos. Como a Dimensão que estes visam atingir no cumprimento duma absoluta completude existencial, mas ao mesmo tempo como a Dimensão que sempre se furta a uma cabal actualização.

⁽⁹⁶⁾ Os transcendentais da metafísica clássica — o «unum», «verum» e «bonum» — poderiam ser interpretados «reconstrutivamente» nesse sentido. Isto é: poderiam ser entendidos, quando muito, como «princípios regulativos». Mesmo assim subsistiria esta questão: quem é que efectivamente e sempre os aceitaria como tal? E ainda esta: mesmo que se os aceitasse, que conteúdo conferir-lhes?; na prática, será ou seria possível dar-lhes um conteúdo uniforme?

⁽⁹⁷⁾ *Tractatus Logico-Philosophicus*, ed. cit., props. 6.41-6.522.

Sem menosprezar as outras, cremos ser esta última uma perspectiva essencialmente profícua e «insuperável». É a perspectiva de Heidegger⁽⁹⁸⁾ — a perspectiva estritamente existencial do nosso problema. A lógica que lhe é própria, no entanto, recobre genericamente os três grandes modos de pragmatização do «Ser»: todos os nossos agires, sentires e pensares.

§23. E assim afluimos uma vez mais, e para terminar, às razões pelas quais o «Ser» não pode ser substancializado. Não pode ser substancializado porque sempre se «apresenta» como algo de não totalmente actualizado em face das pragmáticas humanas. Não pode ser substancializado, além disso, porque mesmo o domínio do «Ser» que se encontra actualizado, em face dessas mesmas pragmáticas, escande-se numa multiplicidade de perspectivas irreduzíveis *ad unum*. Não pode ser substancializado, por outro lado, porque sendo o «Ser» o conjunto daquilo que é, nem pode entrar como elemento a par daquilo que é, nem pode jamais ser encarado como uma totalidade bem definida.

Através da perspectiva pragmática da noção de «Ser», entretanto, julgamos ter implicitamente tornado mais «evidente» que o domínio do «Ser» é de facto algo de heterogéneo, multi-dimensional, algo de infinito ou infinitizável, algo que jamais inteiramente se consegue «capturar». Esse facto, que outras razões não houvesse, seria pelo menos gerado pela lógica díspar e imensamente plurívoca de todos os nossos agires, sentires e pensares. Estes não se regulam pela «metáfora do espelho», e não se subordinam necessariamente, ou em todas as circunstâncias, aos tópicos do «uno», nem do «idêntico», nem do «permanente», nem do «teleológico». Não são em geral inter-substituíveis ou curto-circuitáveis.

Revelam-se enfim como erros, e como erros a abjurar «de direito», os principais «filosofemas» que na Introdução incluímos no «paradigma clássico do ser». Não somente esses, porém. Como erros também se revelam certos «filosofemas», ou pressupostos infundados, que em maior ou menor grau inquinam outros «paradigmas ontológicos» que na sequência daquele se instituíram.

(98) Já anteriormente, no texto, referimos e desenvolvemos um pouco tal perspectiva.

Embora não os tenhamos enumerado nem explanado, implicitamente eles foram tidos em conta, e alguns deles foram sinalizados numa ou outra nota.

Perguntar-se-á então, finalmente:

— Clarificámos efectivamente a noção de ser, tal como nos propusemos no início do presente Ensaio?

— Estabelecemos efectivamente, tal como também nos propusemos, uma espécie de «quadro formal» duma Ontologia subordinada a exigências básicas de legitimidade?

A ambas estas perguntas não podemos responder afirmativamente, com segurança.

Eventualmente, pretendendo arredar-nos de erros, não deixamos de incorrer em erros.

Eventualmente, visando fornecer o «quadro formal» duma Ontologia minimamente «fundamentada», apresentamos a perspectiva subliminar duma Ontologia incontornavelmente «limitada».

Talvez que, contrariamente às nossas pretensões um tanto arrojadas, isso tivesse mesmo de suceder!

Se o «Ser», entre outras coisas, é algo de transcendente, como poderíamos nós apresentar de forma impoluta «o Ser do Ser»?...

Porto, 25.2.95

Adélio Melo